



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia Catarinense

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI

ARAQUARI
CAMBORIÚ
CONCÓRDIA
RIO DO SUL
SOMBRIO
VIDEIRA

BLUMENAU/SC
MAIO 2009

APRESENTAÇÃO

O ano de 2008 foi marcado por uma profunda mudança na Educação Brasileira, o Ministério da Educação criou um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica, aproveitando o potencial instalado nos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, Escolas Técnicas Federais – ETFs e Escolas Agrotécnicas Federais – EAFs, que estruturaram um conjunto de Institutos com a pretensão de responder de forma mais ágil e eficaz às demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e suporte aos arranjos produtivos locais.

O Ministério da Educação criou através da Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no País contemplando todos os Estados da Federação, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias e licenciaturas.

Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumenta significativamente sua inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade.

Particularmente o Instituto Federal Catarinense nasceu de um consenso das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com as Escolas vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina de Araquari e Camboriú, com o firme propósito de responder a Sociedade Catarinense aos avanços que a educação tecnológica nos impingem.

Hoje, a primeira equipe que compõe a atual Reitoria tem a clara visão dos desafios que se impõe à consolidação dessa nova Estrutura Educacional. Os fundamentos do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense estão neste documento, de forma que a sociedade Brasileira, e em especial, a catarinense, possa entender e participar da construção do caminho que estamos a traçar em busca de um Brasil mais justo.

Blumenau, 31 de maio de 2009

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	I
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARIENSE.....	1
1 PERFIL INSTITUCIONAL	2
1.1 Síntese Histórica.....	2
1.1.1 História da Rede Federal de Ensino Tecnológico.....	2
1.2 Natureza Institucional	6
1.3 Inserção Regional.....	6
1.4 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência.....	6
1.4.1 Reitoria Blumenau.....	6
1.4.2 Campus de Araquari	7
1.4.3 Campus de Camboriú	9
1.4.4 Campus de Concórdia	11
1.4.5 Campus de Rio do Sul	12
1.4.6 Campus de Sombrio	14
1.4.7 Campus de Videira	14
1.5 Mapa de Divisão Política de Santa Catarina	15
1.6 Missão, valores, Finalidades e Objetivos.....	15
1.6.1 Missão	15
1.6.2 Visão Institucional.....	16
1.6.3 Valores	16
1.6.4 Finalidades	16
1.6.5 Objetivos	17
2 PLANEJAMENTO DA GESTÃO.....	19
2.1 Objetivo Gerais da Gestão.....	19
2.2 Planejamento das Pró-Reitorias vinculadas aos Objetivos Gerais da Gestão.....	20
2.2.1 Objetivos e Metas da Pró-Reitoria de Ensino.....	20
2.2.2 Metas da Pro Reitoria de Pesquisa Pós Graduação e Inovação	21
2.2.3 Metas da Pro Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias	22
2.2.4 Difusão da Autarquia Instituto Federal Catarinense.....	23
2.2.5 Ações de Divulgação do Instituto.....	23
2.2.6 Metas da Pró-Reitoria de Administração.....	23
2.2.7 Metas da Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação	25
2.2.8 Metas da Pro Reitoria de Relações Interinstitucionais.	26
2.3 Políticas de Ensino.....	26
2.3.1 Atuação do Instituto em Relação ao Nível e Modalidades de Ensino e Setores da Economia	27
2.3.2 Atuação nos Diversos Setores da Economia	27
2.3.3 Aspectos a Serem Considerados em Relação ao Ensino	27
2.3.4 Flexibilidade Curricular	28
2.3.5 Mobilidade	28
2.3.6 Articulação do Ensino Com a Pesquisa e a Extensão.....	29
2.3.7 Estágio.....	29
2.3.8 Ensino a Distância	30
2.4 Políticas de Pesquisa Pós-graduação e Inovação	31
2.5 Políticas de Relações Empresariais e Comunitárias.....	33
2.6 Política Recursos Humanos.....	33
2.7 Políticas de Administração	34
2.8 Política de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais (PNEs).....	35
3 GESTÃO INSTITUCIONAL	36
3.1 Organograma da Reitoria	36
3.2 Organograma dos Campi.....	36
3.3 Conselhos	36
3.3.1 Conselho Superior	36
3.3.2 Colégio de Dirigentes	38
4 GESTÃO DE PESSOAS	39
4.1 Organização da Gestão Pessoal.....	39

4.2	Planos de Carreira	39
4.2.1	Carreira Docente.....	39
4.2.2	Carreira Técnicos Administrativos em Educação (TAE)	39
4.3	Dados Gerais de Servidores do Instituto Federal Catarinense	40
4.3.1	Número de professores do Quadro Efetivo	40
4.3.2	Número de TAEs do Quadro Efetivo	40
4.3.3	Previsão de Expansão do Quadro Funcional até 2012.....	40
4.4	Programas de Saúde	41
4.5	Programas de Capacitação	41
5	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	42
5.1	Programas Específicos Para Fomentar o Empreendedorismo nos Alunos	42
5.2	Regulamento Disciplinar	42
5.3	Atendimento a Saúde	42
5.4	Representação Estudantil.....	42
5.5	Acompanhamento de Egressos.....	42
6	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	43
7	OFERTA DE CURSOS ATUAIS E PLANO DE EXPANSÃO.....	44
7.1	<i>Campus de Araquari</i>	44
7.2	<i>Campus de Camboriu.....</i>	44
7.3	<i>Campus de Concórdia</i>	45
7.4	<i>Campus de Rio do Sul</i>	46
7.5	<i>Campus Sombrio</i>	46
7.6	<i>Campus de Videira</i>	47
8	INFRA-ESTRUTURA	48
8.1	Informações de áreas físicas do Instituto Federal Catarinense.....	48
8.2	Expansão Prevista	49
8.2.1	Novos <i>Campi</i>	49
8.2.1.1	Ibirama.....	49
8.2.2	Fraiburgo.....	49
8.2.3	Luzerna.....	50
8.2.4	Ampliação dos Atuais <i>Campi</i>	51
8.2.4.1	<i>Campus Araquari</i>	51
8.2.4.2	<i>Campus Camboriú</i>	52
8.2.4.3	<i>Campus Concórdia.....</i>	53
8.2.4.4	<i>Campus Rio do Sul</i>	53
8.3	Infra-estrutura Acadêmica.....	54
8.4	Recursos Tecnológicos	56
9	ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	57
9.1	Gestão Econômica Financeira.....	57
9.2	Previsão de Investimentos	57
9.3	Origem, Planejamento e Aplicação de Recursos	58
9.3.1	Fontes de Recursos.....	58
9.3.2	Forma de Rateio dos Recursos	58
9.3.3	Controle Financeiro Para Utilização dos Recursos	58
10	INSTRUMENTOS DE CONTROLE E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	59
10.1	Instrumentos Avaliação e Controle Internos	59
10.1.1	Avaliação Institucional.....	59
10.1.1.1	Objetivos da Avaliação.....	59
10.1.2	Ouvidoria.....	59
10.1.3	Auditoria Interna.....	60
10.2	Instrumentos de Controle Institucional Externos	61
10.2.1	Controladoria Geral da União (CGU).....	61
10.2.2	Tribunal de Contas da União (TCU).....	62

**ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARIENSE**

Reitor

Claudio Adalberto Koller

Pró Reitor de Administração

Marco Antonio Imhof

Pró Reitor de Ensino

José Luiz Ungericht

Pró Reitor de Pesquisa e Pós-graduação e Inovação

Nestor Valtir Panzenhagen

Pró Reitor de Relações Empresariais e Comunitárias

Carlos Renato Victória de Oliveira

Pró Reitor de Relações Interinstitucionais

Antônio Alir Dias Raitani Junior

Diretor Geral do Campus de Araquari

Robert lenoch

Diretor Geral do Campus de Camboriú

Augusto Vitorio Servelin

Diretor Geral do Campus de Concórdia

Paulo Jeronimo Pucci de Oliveira

Diretor Geral do Campus de Rio do Sul

Walter Soares Fernandes

Diretor Geral do Campus de Sombrio

Adalberto Reinke

Diretor Geral do Campus de Videira

Paulo Hentz

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Síntese Histórica

1.1.1 História da Rede Federal de Ensino Tecnológico

De um modo geral, a formação para o trabalho nas primeiras décadas do Brasil Republicano foi um expediente largamente usado pela classe dirigente como meio de contenção do que ela considerava “desordem social”. Na verdade, sinais presentes em um cenário social dinâmico e em transição, moldado fortemente pelo processo de urbanização, com notável mobilização popular e classista em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

A justificativa do Estado Brasileiro, em 23 de setembro de 1909, para a criação de um conjunto de Escolas de Aprendizes Artífices era a necessidade de prover as classes proletárias de meios que garantissem a sua sobrevivência, isto é, prover os “desfavorecidos da fortuna”, expressão contida no Decreto nº. 7.566, assinado pelo então Presidente Nilo Peçanha no ato de criação dessas escolas, uma em cada capital federativa.

Nesse sentido, não há dúvida de que aos objetivos das Escolas de Aprendizes Artífices se associavam a qualificação de mão-de-obra e o controle social de um segmento em especial: os filhos das classes proletárias, jovens e em situação de risco social.

Na origem dessas instituições, fica claramente identificado o atributo a essas escolas de importante instrumento de governo no exercício de política de caráter moral-assistencialista.

No que pese o enfoque e os limites impostos diante da hegemonia dos aspectos econômicos, a educação profissional e tecnológica, por meio dessas escolas, desempenha papel relevante no enfrentamento dos desafios surgidos ao longo do processo de desenvolvimento econômico do país. Assim, o surgimento das escolas federais de educação profissional ocorre em um contexto ainda sob o domínio do capital agrário-exportador, porém, em um tempo de industrialização vicejante.

É no período de 1930 a 1945 que a economia brasileira altera definitivamente o seu eixo, deslocando-se da atividade agroexportadora para a industrial. É assim plantada a semente do capitalismo industrial nacional, com pesado apoio estatal.

A existência das escolas públicas profissionalizantes, de forma explícita, vai ao encontro dos interesses do capital industrial, segundo o novo modelo de desenvolvimento. Em decorrência do processo de mudança da sociedade, essas escolas vão se posicionando, de forma mais direta, vinculadas às políticas de desenvolvimento econômico, aspecto esse que consagrou sua mais visível referência: qualificar mão de obra tendo em vista o seu papel estratégico para o país, característica típica de governos no estado capitalista moderno no que concerne a sua relação com o mercado, objetivo que se complementa com a manutenção, sob controle social, dos excluídos dos processos de produção.

Plano de Desenvolvimento Institucional

A partir de 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas e, com isso, passam a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. Desse ano em diante, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação (Machado, 1982), direito até então não reconhecido.

Os anos de 1956 a 1961 imprimem a marca do aprofundamento da relação entre Estado e Economia. Nesse período, a indústria automobilística surge como o grande ícone da indústria nacional e há investimentos nas áreas de infra-estrutura (especialmente na de produção de energia e na de transporte) e, na educação, os investimentos priorizam a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. Foi no ano de 1959 que se iniciou o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias. As instituições ganham autonomia didática e de gestão e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Com isso, intensificam, gradativamente, a formação de técnicos: mão-de-obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

O período de 1964 a 1985 é caracterizado pela modernização da estrutura produtiva à custa do endividamento externo. Em 1971, surge o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PNDE), que traz entre as suas prioridades a manutenção do alto nível do Produto Interno Bruto (PIB), o combate à inflação, o equilíbrio da balança comercial e uma melhor distribuição de renda. O I PNDE contém programas específicos e, entre eles, podemos citar a implantação de Corredores de Transportes, o Programa Petroquímico e o Programa de Comunicações, o que encaminha para a implantação de cursos técnicos em áreas afins.

Apesar da elevação dos preços internacionais do petróleo e da recessão econômica mundial nos anos de 1970, o Brasil faz opção pela aceleração do crescimento econômico consubstanciado no II PNDE, elaborado para o período de 1975/79. Esse período é inegavelmente marcado por profundas mudanças na política de educação profissional, o que também se pode justificar pelo seu projeto de desenvolvimento.

Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) torna, de maneira compulsória, todo currículo do segundo grau em técnico-profissional, reflexo desse momento histórico. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1978, três escolas técnicas federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Essa mudança confere àquelas instituições atribuição de atuar em nível mais elevado da formação, exigência já presente em função do padrão de produção; a essas instituições cabe formar engenheiros de operação e tecnólogos. O vínculo com o mundo da produção se reafirmava. Essa prerrogativa só se estenderá às outras instituições anos mais tarde.

Os anos de 1980 caracterizam-se por uma nova configuração da economia mundial, reconhecida como globalização – processo que vem acoplado à intensificação da aplicação das telecomunicações, da microeletrônica e da informática. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia associa-se a uma nova configuração dos processos de produção. A linha de montagem com a robotização e a automação cede lugar à produção integrada. Há mudanças também nos processos produtivos no que se refere aos métodos de gestão e de manutenção. Nas relações comerciais, há abertura e desregulamentação dos mercados de praticamente todo o mundo atingido por esse

Plano de Desenvolvimento Institucional

fenômeno. No Brasil, esses anos oitenta e início dos anos noventa são também marcados pela disparada inflacionária, retração do crescimento e grande descontrole da economia, cenário que vem contrariar as expectativas que se projetaram quando da divulgação da meta “formação de técnicos em grande escala”. A promulgação da Lei nº. 7.044/827, que alterou dispositivos da Lei nº. 5.692/82, referentes à obrigatoriedade da profissionalização, de certa maneira, refletiu esse quadro de retração.

As políticas de desenvolvimento nesse período são inteiramente condicionadas às exigências dos organismos financeiros internacionais e, quase exclusivamente, as medidas intervencionistas estatais se direcionaram para o controle da inflação.

Na segunda metade da década de 1990, o movimento das instituições federais de educação profissional e tecnológica também sinalizava para mudanças. Esse processo desencadeou-se, a princípio, em algumas instituições. O objetivo era promover uma reforma curricular que não se limitasse à elaboração apenas de novos currículos técnicos, mas que se construísse uma nova pedagogia institucional. O principal objetivo era alinhar as políticas e ações das instituições ao cenário, com destaque para aquele que demarcava as demandas sociais locais e regionais. As instituições federais de formação profissional e tecnológica revelam um movimento até então inédito, ou seja, o de incluir em seus debates as necessidades e aspirações do território em que estavam inseridas e o delineamento de princípios que pudessem nortear iniciativas comuns, potencializando o surgimento de uma rede, qual seja, a rede federal de educação profissional e tecnológica.

No ano de 1994, a Lei Federal nº. 8.984 institui no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Essa medida anuncia a transformação das escolas técnicas federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), e abre caminho para que as escolas agrotécnicas federais sejam integradas a esse processo. A implantação de novos Cefet só ocorre efetivamente a partir de 1999.

Em 1996, LDB, Lei nº 9.394, é aprovada e, no ano seguinte, o Decreto nº. 2.208 regulamenta os artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. A chamada “Reforma da Educação Profissional” é implantada dentro do ideário de Estado Mínimo, com fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país. As mudanças estabelecidas pela nova legislação são profundas e cortam pela raiz o movimento de redirecionamento desenhado pelas instituições federais.

Em 1999, o processo de transformação das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978, é retomado. Na esteira desse mesmo projeto educacional, o governo brasileiro à época assinou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

No ano de 2003, com o governo federal, são editadas novas medidas para a educação profissional e tecnológica. Há a substituição do Decreto nº. 2.208/97 pelo Decreto nº. 5.154/04 que elimina as amarras estabelecidas por aquele que se traduziam numa série de restrições na organização curricular e pedagógica e na oferta dos cursos técnicos.

Em 2004, a rede federal de educação tecnológica (Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal de Palmas/TO e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais) ganha autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica. Por sua vez, as escolas agrotécnicas federais recebem autorização excepcional para ofertar cursos

Plano de Desenvolvimento Institucional

superiores de tecnologia, em nível de graduação, fortalecendo a característica dessas instituições: a oferta verticalizada de ensino em todos os níveis de educação.

Cumprir destacar que, a partir do ano 2003, a política do governo federal já apontava em outra direção. Essas instituições federais, situadas por todo o território nacionais, historicamente voltadas para a educação profissional e para o desenvolvimento econômico, criadas e mantidas com verbas públicas federais, defrontam-se com uma política de governo que traz em essência uma responsabilidade social – tradução das forças sociais que representa – como fio condutor de suas ações. A dimensão ideológica do atual governo, na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória das instituições federais de educação profissional e tecnológica e da própria educação profissional como um todo e o novo projeto de nação: se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco, a partir de agora, desloca-se para a qualidade social.

As instituições federais de educação profissional e tecnológica, em sua forma estruturante, não traziam esse arcabouço como prioritário. Entretanto, o governo federal, reconhecendo a potencialidade estratégica das instituições de ensino técnico e tecnológico federais e sua capacidade e qualidade de trabalho, começa a dialogar intensivamente com essa rede de formação, na perspectiva da inversão da lógica até então presente.

Essas instituições passariam a se ocupar, de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas.

A expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória.

É evidente a atuação do governo federal no sentido da expansão da oferta pública e da melhoria do padrão de qualidade da educação brasileira, em especial da educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, articulando-a com ações de desenvolvimento territorial sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados.

Nesse contexto, toma-se a decisão de ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira. A primeira fase dessa expansão, iniciada em 2006, teve como objetivo implantar escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos dessas instituições, além de outras, preferencialmente, em periferias de metrópoles e em municípios interioranos distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.

Na segunda fase da expansão, iniciada em 2007, que veio sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-pólo do país”, está prevista a implantação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de 180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica. Com isso, projeta-se uma rede federal de educação tecnológica para 500 mil matrículas até 2010, quando a expansão estiver concluída e na plenitude de seu funcionamento.

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-pólo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de

mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

Considerando, portanto, o crescimento expressivo do número de instituições federais de educação profissional e tecnológica com a expansão, as novas possibilidades de atuação e as propostas político-pedagógicas que surgem intrinsecamente desse processo em que o caráter social é preponderante, a necessidade de uma nova institucionalidade emerge. Em decorrência, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representa a materialização deste novo projeto, reconhecendo-se como referendo do governo no sentido de colocar em maior destaque a educação profissional e tecnológica no seio da sociedade. Enfim, os Institutos Federais fundamentam-se em uma ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território, entendido como lugar de vida.

1.2 Natureza Institucional

O Instituto Federal Catarinense com sede em Blumenau - Santa Catarina, foi criado pela Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2009, possuindo seis *campi* instalados no Estado de Santa Catarina a saber: Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul, Sombrio e Videira.

Por força de Lei é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação gozando das seguintes prerrogativas: Autonomia Administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar.

1.3 Inserção Regional

O Instituto Federal Catarinense abrange todo o território Catarinense, desde Araquari que contempla o Norte/Nordeste Catarinense, Camboriú contemplando o Litoral Centro e Baixo Vale do Itajaí, Concórdia que atende a grande Região Oeste, Rio do Sul atendendo O Médio e Alto Vale do Itajaí e parte do Planalto Serrano, Sombrio que atende a Região Sul e por fim o *Campus* de Videira contemplando o Meio Oeste Catarinense e especificamente o vale do Rio do Peixe.

1.4 Caracterização Socioeconômica e Educacional da Área de Abrangência

1.4.1 Reitoria Blumenau

Com padrão de vida superior à média brasileira, Blumenau possui o dinamismo de um centro moderno, alta renda per capita e baixíssimos índices de analfabetismo e violência. É uma cidade moderna, que oferece boa infra-estrutura turística com o tempero das tradições alemãs.

A Economia Baseia-se no Turismo, comércio e indústria, com destaque para a produção têxtil e de cristais, sendo conhecida também pela produção de cerâmicas, porcelanas, chocolates caseiros e instrumentos musicais.

Blumenau está entre os municípios mais desenvolvidos do País, sendo uma cidade em situação de privilégio, possui uma das maiores rendas per capita do país.

A comunidade conta com uma universidade, 40 escolas municipais, 32 estaduais e oito particulares, sem contar os estabelecimentos de ensino técnico. Sua população é atendida por quatro hospitais.

Hoje, a cidade, pólo econômico do Vale do Itajaí, conta com cerca de 3 mil indústrias - incluindo pequenas e médias empresas: seis mil estabelecimentos comerciais e milhares de prestadoras de serviço. O principal setor econômico no município, é o terciário, empregando cerca de 57% da População Economicamente Ativa (PEA) de Blumenau.

A principal aglomeração de atividades comerciais e financeiras ocorre na área central ao longo das ruas XV de Novembro e Sete de Setembro. No total, a cidade conta com 36 bancos, sendo a capital financeira do Estado.

O setor secundário também é de grande importância para a economia blumenauense, representando uma fatia de 36% da PEA. A atividade têxtil é o carro-chefe do setor, e possibilita a entrada de recursos estrangeiros, oriundos da exportação. A indústria têxtil corresponde por 70% da arrecadação tributária do município. Os produtos de Blumenau dispensam apresentação, não somente os artigos de cama, mesa e banho, bem como as malhas, porcelanas, e também os cristais, tão apreciados no Brasil e no exterior.

Já o setor primário abrange apenas 7% da População Economicamente Ativa (PEA), o que comprova a vocação industrial e de serviços da cidade.

Localiza-se na bacia do Itajaí-Açu, no nordeste do Estado de Santa Catarina, classificado pela Fundação do IBGE como Região Colonial de Blumenau. Pela sua localização, população e equipamentos, Blumenau é a principal cidade da região, exercendo sua influência nos vales do Itajaí-Açu, Itajaí-Mirim e Benedito.

O município de Blumenau experimentou nas últimas décadas, profundas alterações na sua composição populacional, resultado de um intenso processo de migrações internas e externas, caracterizada por deslocamentos do campo em direção à cidade, impulsionados pelo crescimento e atratividade urbana.

Blumenau conta hoje com uma superfície total de 531 quilômetros quadrados, sendo 192 sua área urbana (36,2%) e 339 quilômetros quadrados (63,8%) a rural. A área urbana do município está hoje dividida administrativamente em 30 bairros, incluindo o distrito da Vila Itoupava, os quais apresentam características físicas, demográficas e econômicas muito diferentes.

A população total estimada em 2007, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), é de 292.972 habitantes, o que faz de Blumenau o terceiro município mais populoso do estado.

1.4.2 Campus de Araquari

O Campus de Araquari localiza-se na região Norte-Nordeste do Estado de Santa Catarina cujo epicentro é a cidade de Joinville. A população total da região (incluindo a área de expansão) é de, aproximadamente, 1.100.000 habitantes, sendo a região com a maior concentração industrial do estado. Possui uma alta qualidade de vida, com um IDH médio de 0,853. E, por ter sido colonizada por diversas nacionalidades, principalmente por alemães,

Plano de Desenvolvimento Institucional

noruegueses, italianos, suíços, portugueses e poloneses, diversificou as atividades econômicas no setor agropecuarista, na indústria e no comércio.

No setor agropecuarista, por exemplo, a produção varia entre as amplas áreas para rizicultura irrigada, bananicultura de alta tecnologia, batata, produção de orquídeas e plantas ornamentais, produção de conservas de vários tipos de produtos associados à indústria e apoiada pela tradição, e entre a produção de frangos de corte para exportação e atendimento ao mercado interno. Existe ainda a produção de marrecos, consorciados com o arroz ou não, tendo como principal alvo as festas típicas regionais do mês de outubro. A bovinocultura é baseada principalmente na pequena propriedade para a subsistência e venda de algum excedente. Há também na região da serra criações de ovinos, caprinos e bovinos de corte.

Na indústria, a região é altamente desenvolvida no setor têxtil, com fortes pólos como Jaraguá do Sul e Joinville, e ainda a metal mecânica e a de plásticos em Joinville. Subindo a serra encontra-se um forte pólo moveleiro nas cidades de São Bento do Sul e Rio Negrinho.

No comércio, é o desenvolvido setor de eventos de Joinville que propicia o aperfeiçoamento da rede hoteleira, de serviços e de restaurantes. Já na região serrana e na de Jaraguá do Sul predomina o turismo rural com hotéis campestres que oferecem atividades como o arvorismo, e ainda trilhas e cachoeiras dentro de parques. O litoral com praias exuberantes e com infra-estrutura completa atrai turistas de várias partes do País e também do exterior, principalmente nos meses de verão, estação propícia à prática de esportes náuticos.

No que diz respeito à aquicultura, a região norte possui um pólo camaroneiro com cerca de 8 fazendas onde ocorre a engorda do camarão branco do pacífico. Aproximadamente 125 famílias são responsáveis pela produção de mexilhão marinho na região de São Francisco do Sul onde ainda 3.000 famílias vivem da pesca artesanal e há associações de produtores de peixes de água doce com pesca esportiva, voltados para o mercado interno e exportação.

Toda a produção da região Norte pode ser escoada de quatro maneiras: pelos Portos de São Francisco do Sul e de Itajaí (exportação e turismo), por ferrovia (escoamento de cereais e óleos vegetais, inclusive da região central do Brasil), pelos aeroportos de Navegantes e de Joinville e ainda pela rodovia BR-101 que liga o sul do país.

Já no setor de tecnologia de informação, a expansão do mercado de trabalho de informática provocada pela vocação da região norte do estado de Santa Catarina e em especial das regiões metropolitanas de Araquari, Joinville, Barra do Sul e São Francisco do Sul, que são voltadas para a exploração do turismo, turismo de negócios e o desenvolvimento de indústrias de base tecnológica está diretamente ligada a computação e seus meios de comunicação.

O *Campus* de Araquari está às margens da rodovia BR-280, no município de mesmo nome, distante 20 km do centro de Joinville, 15 km de Balneário Barra do Sul, 18 km de São Francisco do Sul, 40 km de Jaraguá do sul e Barra Velha, 50 km de Massaranduba, 104 km de Rio Negrinho e 151 km de Itaiópolis. Atualmente, a região está servida por escolas públicas e privadas, sendo a educação básica (ensino médio) pública da rede estadual ofertada em 66 escolas, atendendo, em 2003, aproximadamente 41.280 estudantes.

Das quatro escolas públicas de educação profissional, existentes na região, o *Campus* de Araquari é o único que oferece educação profissional na área de agropecuária, aquicultura e pesca, e sistemas de informação. Apenas a Universidade Estadual oferece ensino superior gratuito. Existe, no entanto, uma grande oferta de ensino privado em nível superior e, em menor grau, na educação básica, principalmente de nível médio.

1.4.3 Campus de Camboriú

O litoral centro-norte de Santa Catarina constitui-se, na atualidade, de uma área singular e representativa do litoral brasileiro, uma vez que apresenta uma diversidade produtiva e performance econômica diferenciadas das mais diversas regiões catarinenses.

A região é formada por nove municípios litorâneos: (Balneário Camboriú, Camboriú, Bombinhas, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Piçarras e Porto Belo) que compõem a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI, limitando-se a Leste com o Oceano Atlântico, ao Sul com as cidades que compõem a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS, ao norte com as cidades que compõem a Associação dos Municípios do Vale do Rio Itapocu - AMVALI, e a Oeste com as que compõem a Associação do Médio Vale do Itajaí - AMMVI.

O *Campus* de Camboriú, situado na região da AMFRI, é o epicentro em um raio de 100 km das maiores áreas produtivas do estado. Servido pela BR-101 que se estende no sentido norte/sul, e pela BR-470 no sentido leste/oeste, conta também com o Aeroporto Internacional Ministro Victor Konder, um dos mais importantes do estado, localizado no município de Navegantes, e o Porto de Itajaí um dos maiores portos do país. Além do Aeroporto de Navegantes, a região também pode contar também com o Aeroporto Internacional Hercílio Luz, localizado na capital do estado, a 80 km de Camboriú.

A dinâmica espacial e setorial do emprego no Brasil pode ser explicada a partir de três fatores principais: políticas públicas de incentivos fiscais, de investimentos produtivos e de infra-estrutura; difusão de novas tecnologias eletrônicas e a conseqüente reestruturação dos processos produtivos; e mudanças na composição da oferta de produtos regionais decorrentes de variações ocorridas no lado da demanda.

Nessa perspectiva, economicamente, dentro das mais diversas indústrias produtivas na região onde o *Campus* é o epicentro, destacam-se:

- a) Turismo: hotéis, agências e empresas de turismo;
- b) Serviços: reparo e conservação de elevadores e ar condicionado; Imobiliárias e administradoras de condomínios; atividades de suporte portuário;
- c) Metalúrgica: componentes e equipamentos automotivos, máquinas, móveis tubulares, bicicletas, equipamentos para indústria da construção civil, eletrodomésticos, acessórios industriais e fundidos em geral;
- d) Mobiliário: copas, cozinhas, dormitórios e demais artigos no ramo;
- e) Têxtil/Vestuário: jeans, malhas, confecções em geral, tinturarias industriais e fiação;
- f) Produtos Alimentícios: aperitivos e pipocas; carnes, leites e derivados;
- g) Construção Civil: construção predial; desenho técnico; segurança.

Atualmente a educação é tida como um requisito fundamental para o desenvolvimento econômico e para o progresso dos indivíduos. A idéia de que os países devem investir maciçamente em seus sistemas de ensino, pois assim elevam sua produtividade, sua produção e sua competitividade e melhoram a distribuição da renda, exigiu que as pessoas dedicassem mais tempo e recursos às atividades e tarefas de formação. Outro aspecto ligado à economia e à educação a ser mencionado é o crescimento populacional, pois entender e ter conhecimento da configuração e características da população é indispensável para que o governo possa

Plano de Desenvolvimento Institucional

destinar os serviços públicos que são realmente necessários (saúde, habitação, educação, alimentação e segurança).

Dados dos últimos censos realizados pelo IBGE apontam o crescimento da taxa de crescimento demográfico em Santa Catarina como superior à da média brasileira. A microrregião de Itajaí ficou em primeiro lugar em crescimento populacional, sendo que os jovens e as mulheres são os principais grupos que saem em busca de trabalho e melhor qualidade de vida nos municípios considerados pólos regionais ou nas grandes concentrações urbanas. Daí o evidente crescimento populacional, considerando que a principal atividade econômica nessas microrregiões são os setores de comércio e serviços.

O maior crescimento populacional ocorreu nos municípios de Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas, sendo que o último apresentou a quarta maior taxa de crescimento populacional de todo o Estado de Santa Catarina (10,3%).

Esse crescimento populacional resulta em aumento na demanda por cursos profissionalizantes que capacitem a população a fim de atender às mudanças no mercado de trabalho e a necessidade de acompanhamento do progresso da ciência e da tecnologia, pois não ter acesso à educação é ficar à margem da sociedade.

O sistema educacional em Santa Catarina é estruturado da seguinte forma: 1) Educação Básica composta por três etapas: educação infantil que atende crianças de 0 a 5 anos, em creches ou pré-escolas, geralmente mantidas pelo poder municipal; ensino fundamental, a qual atende alunos de 6 a 14 anos, tem caráter obrigatório, é público, gratuito e oferecido de forma compartilhada pelos poderes municipal e estadual, e; ensino médio atendendo jovens de 15 a 17 anos, e é oferecido basicamente pelo poder estadual e, pelo poder Federal, apenas no Colégio Agrícola de Camboriú. Além disso, essa mesma Instituição oferece um programa especial de Educação de Jovens e Adultos Profissionalizante – PROEJA - que visa dar oportunidades educacionais apropriadas àqueles que não tiveram acesso ao ensino médio na idade própria. 2) O Ensino técnico, sendo que Colégio Agrícola de Camboriú é reconhecido principalmente pelo Ensino Técnico – concomitante ou após a conclusão do ensino médio.

Em relação ao ensino superior, a região conta apenas com a UDESC, ofertando somente o curso de graduação em Administração de Serviços Públicos. Ainda em relação ao ensino superior esta região conta com a rede privada de ensino superior, destacando-se a UNIVALI – Universidade do vale do Itajaí, que oferece cursos de graduação e tecnólogo em diversas áreas.

Percebe-se, portanto, que a região é carente de um ensino superior público e de qualidade que atenda a demanda crescente da população menos favorecida e necessitada de capacitação profissional.

Nesse sentido, o governo brasileiro vem integrando a educação, a ciência e a tecnologia, a fim de que as três áreas juntas formem o tripé do desenvolvimento do país. A educação, nesta visão, torna-se promotora da cidadania social e da competitividade econômica num paradigma produtivo baseado na dominação do conhecimento. Portanto, o desenvolvimento é obtido através de uma maior competitividade dos indivíduos, das empresas e do país no mercado nacional e internacional, bem como de uma maior participação social do cidadão.

1.4.4 Campus de Concórdia

A colonização da Região Oeste de Santa Catarina, a partir da década de 20 e estendeu-se até a década de 60, quando esgotou-se a ocupação da fronteira de colonização agrícola.

A base do crescimento econômico regional tem sido a produção familiar diversificada voltada ao mercado, diretamente relacionada ao tipo de recursos naturais disponíveis e associada à agroindústria. Diz-se familiar por utilizar majoritariamente a mão-de-obra da família. É diversificada por obter a renda de várias explorações com fins comerciais e de auto-abastecimento, visando basicamente o melhor aproveitamento da mão-de-obra ao longo do ano, redução de impactos decorrentes das flutuações de preços e safras, melhor aproveitamento das terras com diferentes aptidões de uso, busca de interação de explorações agropecuárias, com melhor aproveitamento de subprodutos.

Segundo dados da Escola Sul, (CUT), 84% dos trabalhadores rurais da região Sul do País, atuam na Agricultura Familiar.

Na medida em que se expandiu a ocupação da fronteira agrícola expandiu-se também a produção de excedentes de parte desta produção familiar, e com ela, os capitais comerciais, num primeiro momento e, por fim, os agroindustriais. Inicialmente os produtos que mais ilustram este processo são: o feijão, o trigo, e o milho, e suíno e posteriormente a banha derivada do abate artesanal de suínos, seguindo-se o abate industrial de suínos e, a partir de 1970, de aves.

Apesar de sua colonização ser recente, se comparada à de outras regiões do Brasil, a região detém atualmente o maior complexo agroindustrial de suínos e aves da América do Sul, tendo conquistado mercados distantes, no país e no exterior.

Hoje, a região oeste catarinense abrange uma população de 1,1 milhão de habitantes e uma área de 24,3 mil km², com 99 municípios organizados em seis associações. A AMAUC (Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense) é formada por Concórdia e mais 15 municípios. No município de Concórdia, na área de ensino encontram-se 48 escolas de ensino fundamental e médio, com cerca de 5.490 concluintes anualmente nos dois níveis de ensino.

Apesar do grande progresso econômico e da utilização na região, de modernas tecnologias de produção, ainda encontram-se preservadas a história, os hábitos e costumes de seus colonizadores, na sua grande maioria de origem italiana e alemã.

A história do município de Concórdia tem início com a construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande, pela Brasil Development Colonization Company, que iniciou as atividades de colonização, negociou as terras em pequenos lotes coloniais, variando de 8 a 15 alqueires paulistas, atraindo para cá colonos de origem italiana e germânica e imigrantes do Rio Grande do Sul.

O município foi instalado definitivamente a 29 de julho de 1934, com uma área de 781,84 km², dos quais 756,44 km² na área rural.

Situa-se na região Sul, mesorregião do oeste catarinense e na microrregião do Alto Uruguai Catarinense, com uma população de 58.502 habitantes (senso 1996), sendo 27% na zona rural.

A base econômica do município teve início com a exploração da madeira (primeira atividade econômica), seguida pela cultura do milho associada a suinocultura, primeiramente independente e mais tarde integrada às grandes agroindústrias.

Hoje, Concórdia possui em torno de 4.500 propriedades rurais, sendo que destas, 40% possuem menos de 10 ha, com boas condições para a produção orgânica, solos favoráveis e transformação artesanal.

Concórdia é reconhecida nacionalmente como a “capital da suinocultura.” Sua topografia acidentada, característica da região, possui muitos atrativos naturais como: rios, cascatas, colinas, belas propriedades rurais e áreas verdes, além de um potencial socio-cultural representado por grupos folclóricos alemães e italianos, grupos teatrais, corais e Teatro Municipal (espaço ideal para manifestações artísticas da comunidade e região). Possui um Parque Municipal de Exposições onde ocorre anualmente a FENAL “Festa Nacional do Leitão Assado” um dos mais importantes eventos do calendário de promoções do município, que surgiu devido ao progresso da produção de suínos e aves de Concórdia.

A região de Concórdia, na década de 40, contava com uma pequena rede educacional estruturada em escolas de Ensino Fundamental e Médio, sendo que o Ensino Médio visava à formação profissional nas áreas de Comércio e Magistério. Este panorama atendia ao universo dos filhos de agricultores e industriários, os quais formavam grande parte da mão-de-obra ativa da região. A região ressentia-se de um ensino mais direcionado e voltado para a qualificação de técnicos que pudessem colaborar com o processo de desenvolvimento agrícola.

Assim, a Escola Agrotécnica Federal de Concórdia – SC iniciou suas atividades em março de 1965, como Ginásio Agrícola. Sua criação deve-se à solicitação da comunidade concordiense aos líderes da região, em especial, ao senador, Atílio Francisco Xavier Fontana que, durante a visita do presidente Jânio Quadros, ressaltou-lhe a importância de uma escola técnica para a região. O funcionamento foi autorizado pelo Decreto nº. 60.731 de 19 de maio de 1967, formando a 1ª turma em 1968.

Elevou-se de Ginásio Agrícola para a categoria de Colégio Agrícola, em 12 de maio de 1972, através do Decreto nº. 70.513. Posteriormente, pelo Decreto nº. 83.935 de 04 de outubro de 1979, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Concórdia. A transformação em autarquia aconteceu pela Lei nº. 8.731 de 16 de novembro de 1993. Vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 2º do anexo I, Decreto nº. 2.147 de 14 de fevereiro de 1997, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC (atual SETEC) adquiriu autonomia didática, disciplinar, administrativa, patrimonial e financeira.

1.4.5 *Campus de Rio do Sul*

O *Campus* de Rio do Sul está localizada numa região Central de Santa Catarina, região denominada Alto Vale do Itajaí, sendo Rio do Sul o município pólo, o mais populoso da região, com uma população de 56.919 habitantes, segundo o censo do IBGE, 2007.

A economia de Rio do Sul é bastante diversificada, com indústrias de manufaturados de madeira, vestuário em jeans e malha, produtos metais-mecânicos, eletrônicos e alimentícios, entre outros. O setor agropecuário, destaca-se pela produção de leite, suinocultura, avicultura, produção de arroz, fumo, cebola e mandioca.

A região do Alto Vale do Itajaí é composta de 28 municípios, perfazendo uma área total de 7.514 km², com uma população total de 255.486 habitantes segundo o censo do IBGE 2007. Uma de suas características mais marcantes é a distribuição equitativa do

Plano de Desenvolvimento Institucional

desenvolvimento industrial e populacional no espaço territorial, mesclando atividades de produção agrícola, de serviços e de indústrias nos interstícios dos espaços rurais e urbanos.

O setor têxtil apresenta parcerias com confecções de pequeno porte, geralmente familiares, que se localizam inclusive no espaço rural. Isto confere um caráter diferenciado para o desenvolvimento rural regional. A presença de atividades não agrícolas dinamiza a própria atividade agrícola, oportunizando, às famílias, opções de trabalho na indústria sem ter que se deslocar aos centros urbanos, causando os bem conhecidos impactos das aglomerações populacionais. Do total da população, 43,9% reside em áreas rurais e 56,1% em áreas urbanas o que é expressivo em relação ao estado de Santa Catarina, que tem 37% da população no meio rural (IBGE - Censo Demográfico, 2007).

A agricultura familiar é predominante, sendo que 98,16% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 50 ha e respondem por 91% da força de trabalho rural e por 84% do valor do produto bruto (VBP). Porém, os sistemas de produção tendem a gradativa perda da diversificação, se especializando nas culturas comerciais, como cebola, fumo e arroz, que representam 84% do VBP agrícola. Em número menos expressivo, há o feijão, o milho, a mandioca e as hortaliças. Na área de produção animal, destaca-se o gado de leite, a apicultura, a piscicultura, a suinocultura e a avicultura. Paralelamente a isto emergem iniciativas para a busca de outras atividades, tais como o turismo rural, a agroindustrialização familiar, a olericultura, a fruticultura, as plantas ornamentais e alguns sistemas de produção voltados para a produção agroecológica.

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul possui 13 Centros Educacionais que atendem o ensino fundamental e 20 Centros de Educação Infantil que atendem a educação infantil do município. Já o Estado de Santa Catarina possui 08 Estabelecimentos de Ensino em Rio do Sul, atendendo a educação fundamental e o ensino médio

Destacam-se ainda os colégios de ensino fundamental e médio particulares tradicionais na Região, totalizando seis unidades em Rio do Sul que oferecem desde a educação infantil até o ensino médio.

No ensino técnico, temos o *Campus* do Instituto Federal Catarinense, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI) que oferecem o ensino Médio articulado com educação profissionalizante.

Quanto ao ensino superior, há duas universidades, a Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI, que foi fundada em 1966 e a Faculdade Metropolitana de Rio do Sul FAMESUL, que em 2005 iniciou suas atividades, além de pólos de ensino de outras universidades como a UNOPAR (Universidade Norte do Paraná) e a Faculdade de Ciências e Tecnologia do Vale – (FCTv). todas particulares.

Percebe-se que no campo educacional, é premente ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e de Ensino Superior públicos e gratuitos, atendendo prioritariamente as áreas estratégicas de desenvolvimento.

Em síntese, pode se dizer que a área de abrangência do *Campus* de Rio do Sul apresenta a característica positiva do “modelo” catarinense de desenvolvimento, dada pela distribuição espacial da população, com baixo índice de concentração fundiária e pela diversidade de atividades econômicas. (fonte: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), Governo do Estado de Santa Catarina).

1.4.6 *Campus de Sombrio*

O *Campus* de Sombrio está localizado no município de Santa Rosa do Sul, no extremo sul catarinense, na região composta pelos municípios da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense), à 15 Km da rodovia BR 101. A região da (Amesc) é composta atualmente por 15 municípios filiados (Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo).

A região da AMESC é formada por dois municípios litorâneos (Balneário Arroio do Silva e Balneário Gaivota), limitando-se ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o extremo norte do estado do Rio Grande do Sul, ao norte com municípios da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC e a oeste com os campos de cima da Serra Geral.

O *Campus* de Sombrio é, atualmente, ponto de referência na região de sua abrangência e desde o início de suas atividades, oferece cursos técnicos e ensino médio e, aos poucos, foi ampliando suas atividades pedagógicas para outras áreas do conhecimento, como informática e Turismo e Hospitalidade.

O fato de a atividade agropecuária destacar-se na região da AMESC confere a atuação do *Campus* de Sombrio grande relevância para a região, proporcionando qualificação a sua população.

Os índices consideravelmente crescentes sobre desenvolvimento humano que envolve educação, renda e esperança de vida, embora indiquem uma crescente satisfação no que diz respeito à qualidade de vida, a região ainda apresenta diversas necessidades no campo educacional. Estas dificuldades apresentam-se como grandes impedimentos para uma parcela da população que não pode dispor de recursos financeiros para custear um curso superior nas universidades particulares disponíveis e posicionam-se à margem da educação superior do país, fazendo da região um grande campo de oportunidades, sem que hajam profissionais qualificados para aproveitá-las. A expansão do ensino superior, público e gratuito, aliado à Educação Profissional, na região é medida de extrema urgência com vistas a atender os anseios de uma população que busca na qualificação profissional a esperança de um futuro melhor.

1.4.7 *Campus de Videira*

Videira possui o *Campus* mais jovem do Instituto Federal Catarinense, Situada no Vale do Rio do Peixe, o município de Videira está a 450 km da capital, Florianópolis. Tem uma área de 378,4 km² e faz limites com os seguintes municípios: Caçador e Rio das Antas, ao norte; Pinheiro Preto ao sul; Fraiburgo e Tangará, a leste; e Arroio Trinta e Iomerê, a oeste. Possui clima úmido do tipo temperado, com as estações bem definidas e temperaturas médias que variam de 35 o C no verão a 0 o C no inverno. O acesso terrestre pode ser feito pela SC-453 e SC-303. O aéreo, através do Aeroporto Municipal "Prefeito Ângelo Ponzoni".

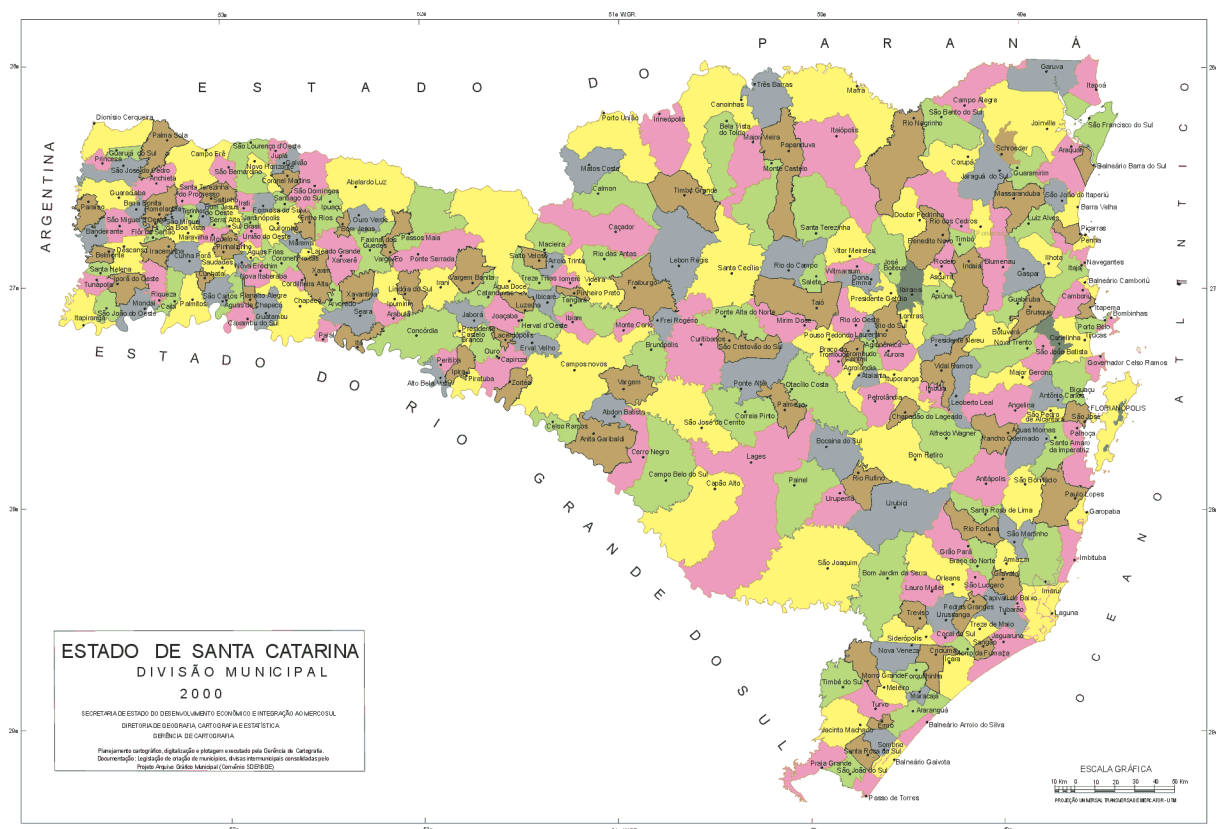
A população atual é de aproximadamente 50.000 mil habitantes e tem nas atividades industriais, comerciais e agrícolas a base de sua economia. No setor primário, o destaque é a fruticultura de pêssego, ameixa e uvas; na pecuária, destaca-se na criação de suínos, aves e bovinos de leite; e no comércio e indústria, o forte são as cantinas de vinho, indústrias de sucos e a empresa Perdigão, um dos maiores frigoríficos da América Latina, absorvendo a

Plano de Desenvolvimento Institucional

maior fatia da produção de aves e suínos do município e da região, gerando milhares de empregos.

Pela sua topografia acidentada, característica peculiar da região, Videira possui muitos atrativos naturais como rios, cachoeiras e áreas verdes. Em 1965 foi criada, por Lei municipal, a reserva florestal denominada Parque da Uva, em uma área de 70.000 m² com bosques e áreas de lazer, constituído de rica reserva de plantas nativas.

1.5 Mapa de Divisão Política de Santa Catarina



1.6 Missão, valores, Finalidades e Objetivos

1.6.1 Missão

“Contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural, ofertando uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão.”.

1.6.2 Visão Institucional

Ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da sociedade.

1.6.3 Valores

O Instituto Federal Catarinense deve garantir a todos os seus *campi* a autonomia da gestão Institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) **Ética** – Requisito básico orientador das ações institucionais;
- b) **Desenvolvimento Humano** – Desenvolver a cidadania, a integração e o bem-estar social;
- c) **Inovação** – Buscar soluções às demandas apresentadas;
- d) **Qualidade e Excelência** – Promover a melhoria continua dos serviços prestados;
- e) **Autonomia dos Campi** – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada *campus*;
- f) **Transparência** – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão;
- g) **Respeito** – Atenção com alunos, servidores e público em geral;
- h) **Compromisso Social** – Participação efetiva nas ações sociais

1.6.4 Finalidades

De acordo com o Artigo 4º. da Lei nº.11.892 de 29 de dezembro de 2009, as finalidades do instituto federal catarinense são os que seguem:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II – desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

Plano de Desenvolvimento Institucional

V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.6.5 Objetivos

De acordo com o Artigo 5º. da Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2009, os objetivos do instituto federal catarinense são os que seguem:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI – ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

Plano de Desenvolvimento Institucional

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica.

2 PLANEJAMENTO DA GESTÃO

2.1 Objetivo Gerais da Gestão

A) IMPLANTAR E CONSOLIDAR O INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE:

- 1) Criar a pessoa jurídica.
- 2) Edificar, equipar e prover quadro de pessoal na sede da reitoria.
- 3) Constituir políticas e ações de difusão e fortalecimento do Instituto Federal
- 4) Fortalecer a marca Instituto Federal Catarinense.

B) DESENVOLVER GESTÃO MULTICAMPI:

- 1) Preservar a autonomia pedagógica e administrativa em cada *campus*, respeitando as especificidades e permitir a elaboração de regulamentos internos para a normatização da atividade pedagógica e administrativa local.
- 2) Promover a Unidade Gestora para cada *campus*.
- 3) Promover oportunidades de sinergia entre os *campi*.

C) FORMAR PESSOAS PARA VIDA E O TRABALHO:

- 1) Contribuir para o desenvolvimento sócio-cultural, econômico, ambiental, ético e do senso crítico, promovendo à melhoria da qualidade de vida e integração social.

D) DIFUNDIR INFORMAÇÕES:

- 1) Constituir políticas e ações de difusão e integração com as comunidades internas e externas.
- 2) Criar mecanismos de comunicação entre os *campi*.
- 3) Criar e manter um canal permanente com a mídia.

E) REALIZAR CONVÊNIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS:

- 1) Firmar convênios, acordos e cooperações, observando as finalidades e objetivos do Instituto Federal, promovendo a educação, pesquisa e extensão.
- 2) Criar mecanismos permanentes de registro e controle de acordos, cooperações e convênios.

F) PROMOVER A INSERÇÃO COMUNITÁRIA:

- 1) Analisar as necessidades e expectativas da comunidade regional nas ações de ensino, pesquisa e extensão.
- 2) Criar mecanismos que viabilizem ações de integração e cooperação com a comunidade de abrangência.
- 3) Fomentar o desenvolvimento empreendedor através de projetos aplicados.

2.2 Planejamento das Pró-Reitorias vinculadas aos Objetivos Gerais da Gestão

2.2.1 Objetivos e Metas da Pró-Reitoria de Ensino

Objetivo Geral: <i>Planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades do ensino de Graduação, e Educação Profissional.</i>		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Elaborar o Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPI.	2009	Elaborar o PPI do Instituto Federal catarinense.
Planejar, implantar e acompanhar projetos didático-pedagógico em todos os <i>campi</i> , visando implementar melhorias nos cursos em todos os níveis e modalidades.	2009-2012	Apoiar a elaboração de projetos de cursos em todos os níveis e modalidades de ensino
	2009-2011	Revisar os projetos Didático-Pedagógicos dos cursos em todos os níveis e modalidades.
	2009-2011	Orientar e acompanhar os Projetos dos cursos.
		Orientar e acompanhar a implementação das Atividades Complementares dos cursos.
		Orientar e acompanhar a regulamentação do Estágio Curricular dos cursos.
		Orientar e acompanhar a regulamentação dos Colegiados de Cursos.
Implantar novos Cursos em todos os níveis e modalidade de ensino.	2009-2011	Implantar cursos de todos os níveis e modalidade de ensino nos <i>campi</i> .
	2009-2011	Qualificar e capacitar os docentes para o ensino nos diferentes níveis e modalidades de ensino.
Planejar e implantar a melhoria nos Cursos Técnicos.	2009-2010	Acompanhar a definição das áreas de abrangência dos cursos atuais e para abertura de novos cursos, atendendo às condições de cada <i>campus</i> e às demandas locais/regionais.
	2009-2011	Revisar os projetos dos Cursos Técnicos de Nível Médio.
		Realizar seminário de capacitação e operacionalização para o desenvolvimento dos projetos dos cursos.
Planejar e implantar melhorias nos Setores de Apoio às Atividades de Ensino.	2009-2010	Implantar o Sistema de acompanhamento Acadêmico em todos os <i>Campi</i> do Instituto.
	2009-2011	Implantar o Sistema de Biblioteca integrada em todos os <i>Campi</i> .
	2009	Formular e instituir as Normas para Elaboração dos Trabalhos Acadêmicos.
	2009	Implantar o Sistema de Registro de Diplomas do INSTITUTO.

Plano de Desenvolvimento Institucional

	2009-2010	Formular e instituir as Normas para Elaboração dos trabalhos acadêmicos
Planejar e implantar Programa Especial de Formação de Professores.	2009	Instituir programas de Formação Pedagógica para Professores.
Implantar a página da PROENS.	2009-2011	Implantar a página da PROENS, visando manter atualizada a necessidade de documentação dos Cursos e dos processos do Conselho de Ensino.
Apoiar e incentivar a realização eventos nos <i>Campi</i> .	2009-2011	Apoiar e incentivar para que cada <i>campus</i> realize anualmente eventos científicos da região e de todo Instituto.
		Apoiar e incentivar a realização anual de eventos científicos itinerante no Instituto.
	2010-2012	Apoiar e incentivar a realização anual de eventos culturais, esportivos, artísticos, etc. nos <i>campi</i> e no Instituto.
Elaborar as Diretrizes de Gestão das Atividades de Ensino.	2009-2011	Elaborar as Diretrizes de Gestão das Atividades de Ensino do Instituto Federal Catarinense.
		Ofertar cursos de formação inicial e continuada.
		Ofertar cursos de formação inicial e continuada para servidores
Criar e implantar Programas de Capacitação Docente e Experiências Profissionais Relevantes.	2009-2012	Efetuar levantamento de demanda de capacitação docente do Instituto.
		Elaborar propostas de programas de capacitação docente do Instituto.
Implantar um Sistema de Informações Acadêmicas.	2009-2011	Implantar o SAI com o cadastro de todas as informações acadêmicas dos cursos regulares do Instituto Federal Catarinense.

2.2.2 Metas da Pro Reitoria de Pesquisa Pós Graduação e Inovação

Objetivo Geral: <i>Coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de pesquisa junto aos Campi visando a difusão da pesquisa científica aplicada à sociedade.</i>		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Criação de um comitê de Incentivo à Pesquisa e Iniciação Científica.	2009	Garantir a participação dos <i>Campi</i> na discussão das políticas e ações.
Organizar e contribuir na organização de eventos de cunho científico nos <i>Campi</i> .	2009-2011	Elaborar e integrar calendário de eventos científicos de cada <i>campus</i> , apoiando-os.
Oportunizar a divulgação e troca de experiências em Evento específico do Instituto Federal Catarinense.	2009-2010	Criar Evento científico do Instituto Federal Catarinense e discutir sua periodicidade e organização.
Difundir o conhecimento científico e tecnológico.	2009-2011	Criar o portal virtual, agregando todas as produções acadêmicas, de pesquisa e de extensão dos <i>Campi</i> .
		Criar revista de divulgação científica.
		Elaborar convênios ou parcerias com outras

Plano de Desenvolvimento Institucional

Formalizar e apoiar as ações de Inovação Tecnológica	2009-2011	Instituições
		Apoiar e incentivar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas e que gerem inovações tecnológicas
Propor e analisar propostas de convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino de Pós-Graduação.	2009-2011	Realizar convênios ou parcerias, com vistas a desenvolver atividades de ensino de Pós-Graduação.
		Em consonância com a Pró-Reitoria de Ensino, ofertar cursos de Pós-Graduação

2.2.3 Metas da Pro Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias

Objetivo Geral: <i>Planejar, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de extensão e de relações com a sociedade, fortalecendo a interação entre o Instituto, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa.</i>		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Coordenar e supervisionar as atividades de transferência de tecnologia, desenvolvendo programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica.	2009-2012	Elaborar projetos de extensão que possam obter e transferir tecnologia.
Viabilizar recursos, buscar tecnologias e torná-las acessíveis.	2009-2012	Fazer parcerias com órgãos públicos ou não.
Instituir convênios interinstitucionais e empresariais.	2009-2012	Fazer parcerias com empresas, ONGs e órgãos públicos.
Viabilizar projetos de ação social.	2009-2012	Promover a realização de ações de cunho social.
Transformar conhecimentos em soluções de mercado.	2009-2012	Fazer intercâmbio entre as Pró-Reitorias de Ensino e Pesquisa.
Capacitar profissionais para a elaboração e execução projetos e serviços tecnológicos.	2009-2012	Elaborar em conjunto com os <i>Campi</i> programas de estágios.
Viabilizar iniciativas empreendedoras.	2009-2012	Apoiar programas de empreendedorismo.
Firmar intercâmbios e parcerias.	2009-2012	Fazer parcerias com governos internacionais.
Fomentar e criar eventos sociais, culturais, desportivos, fóruns, seminários, feiras, congressos e mostras.	2009-2012	Promover a realização de ações de cunho social, esportivo, artístico e cultural.
Promover interação regional e nacional.	2009-2012	Apoiar iniciativas internas como Congressos e Seminários.
Agenciar estágios e empregos.	2009-2012	Elaborar em conjunto com os <i>Campi</i> programas de estágios.
Acompanhar os egressos.	2009-2012	Definir políticas de acompanhamento de egressos.

2.2.4 Difusão da Autarquia Instituto Federal Catarinense

O Instituto Federal Catarinense é algo novo e precisa ser amplamente difundido, sendo necessário fortalecer sua “marca”. Neste sentido a política de marketing deve ser agressiva nos primeiros anos, fortalecendo a Logomarca, divulgando o nome do Instituto, ou seja, firmar a “marca” Instituto Federal Catarinense e as denominações de *campus* nas cidades onde se localizam.

2.2.5 Ações de Divulgação do Instituto

- Divulgação na mídia.
- Implantar Site Oficial do Instituto.
- Produção de vídeo institucional do Instituto Federal Catarinense
- *Folders*.
- *Releases*.
- *Banners*.
- Produção de Revista Institucional.
- Presença maciça nas entidades representativas de classe (Associações Comerciais, industriais, Conselhos Profissionais etc).
- Confeccções de materiais de divulgação publicitária.
- Divulgação através de articulação política.

2.2.6 Metas da Pró-Reitoria de Administração

Objetivo Geral: <i>implantar e consolidar o Instituto Federal Catarinense.</i>		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Elaborar o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense.	2009-2012	Elaborar em conjunto com a Reitoria o plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Catarinense.
Implantar a Pessoa Jurídica Instituto Federal Catarinense.	2009-2012	Realizar Registro da Autarquia Instituto Federal Catarinense nos órgãos competentes das Esferas de Poder (Receitas Federal, Estadual e Municipal).
	2009-2012	Criar em conjunto com o MEC a Unidade Gestora do Instituto Federal Catarinense no Sistema SERPRO (SIAFI, SIASG, SIDOR, SIAPE)
Definir em Conjunto com a Reitoria a Instalação da Reitoria do Instituto Federal Catarinense.	2008	Pesquisar imóveis na cidade de Blumenau que atendam as características mínimas para a instalação da Reitoria
		Requerer aos Reitores Adjuntos dos

Plano de Desenvolvimento Institucional

	2008	<i>Campi</i> a cedência de equipamentos e material de consumo em caráter provisório e/ou permanente para o início das atividades da Reitoria.
	2008	Requerer aos Reitores Adjuntos dos <i>Campi</i> a cedência provisória e/ou definitiva de servidores para iniciar as atividades da Reitoria
	2008-2009	Proceder a avaliação de imóveis pesquisados para a aquisição de edifício sede da Reitoria
Elaborar em conjunto com a Reitoria o Estatuto do Instituto Federal Catarinense.	2008-2009	Definir em conjunto com a Reitoria a criação e função dos conselhos ligados ao Instituto Federal Catarinense e aos Conselhos dos <i>Campi</i> .
Definir em conjunto com a Reitoria o Organograma dos <i>Campi</i> .	2008-2009	Promover estudos com o Reitor, Pró Reitores, Reitores Adjuntos a qualidade do organograma nos <i>Campi</i> , procurando estabelecer um princípio de igualdade nas funções dos <i>Campi</i> .
Equipar a Reitoria do Instituto Federal Catarinense.	2008-2009	Elaborar listagem de equipamentos a serem utilizados em definitivo
	2008-2009	Licitar equipamentos para utilização em definitivo pela Reitoria.
Objetivo Geral: <i>Difundir Informações.</i>		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Divulgar na Sociedade o Instituto Federal Catarinense.	2009-2012	Contratar empresa especializada em Marketing Corporativo para disseminar junto a Sociedade Catarinense o Instituto Federal Catarinense
	2009-2012	Difundir campanha na mídia acerca do Instituto Federal Catarinense
	2010-2012	Pesquisar na Sociedade Catarinense o grau de satisfação das atividades do Instituto Federal Catarinense.
	2008	Difundir junto aos Órgãos de Controle (CGU/TCU) e Jurídico (AGU) a nova Autarquia Instituto Federal Catarinense.

Objetivo Geral: <i>Gestão Multicampi.</i>		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Promover intercambio permanente entre a Pró Reitoria de Administração e os Diretores de Administração dos <i>Campi</i> .	2009-2012	Manter um canal aberto entre a Pró Reitoria de Administração e os Diretores da área meio nos <i>Campi</i> , buscando uma constante sintonia de gestão.
		Promover uma padronização de

Plano de Desenvolvimento Institucional

	2009-2011	procedimentos administrativos entre a Pró Reitoria e os Diretores da área Meio (licitações, contratos, convênios, etc...)
	2009-2011	Promover descentralizações de crédito não utilizados pela Reitoria para os <i>Campi</i> de maneira uniforme e isonômica.
Objetivo Geral: <i>Realizar Convênios nacionais e internacionais com instituições públicas e/ou privadas.</i>		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Criar um Banco de Projetos para Captação de Recursos	2009-2012	Montar uma estrutura com profissionais especializados em projetos para captação de recursos nas Secretarias do MEC – notadamente SETEC e SESU
	2009-2012	Divulgar o Instituto nos organismos nacionais e internacionais para uma busca de recursos externos que atendam projetos de interesse do Instituto

2.2.7 Metas da Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação

Objetivo Geral: <i>Planejar, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades de pesquisa junto aos Campi visando a difusão da pesquisa científica aplicada à sociedade.</i>		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Criação de um comitê de Incentivo à Pesquisa e Iniciação Científica.	2009	Garantir a participação dos <i>Campi</i> na discussão das políticas e ações.
Organizar e contribuir no desenvolvimento de eventos de cunho científico nos <i>Campi</i> .	2009 -2011	Elaborar e integrar calendário de eventos científicos de cada <i>campus</i> , apoiando-os.
Oportunizar a divulgação e troca de experiências em Evento específico do Instituto Federal Catarinense.	2009-2010	Criar Evento científico do Instituto Federal Catarinense e discutir sua periodicidade e organização.
Difundir o conhecimento científico e tecnológico.	2009 -2011	Criar o portal virtual, agregando todas as produções acadêmicas, de pesquisa e de extensão dos <i>Campi</i> .
		Criar revista de divulgação científica.
Formalizar e apoiar as ações de Inovação Tecnológica	2009-2011	Elaborar convênios ou parcerias com outras Instituições.
		Apoiar e incentivar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas e que gerem inovações tecnológicas.
Propor e analisar propostas de convênios com entidades que		Realizar convênios ou parcerias, com vistas a desenvolver atividades de ensino de Pós-Graduação.

Plano de Desenvolvimento Institucional

desenvolvam atividades de ensino de Pós-Graduação.	2009-2011	Em consonância com a Pró-Reitoria de Ensino, ofertar cursos de Pós-Graduação.
--	-----------	---

2.2.8 Metas da Pro Reitoria de Relações Interinstitucionais.

Objetivo Geral: <i>constituir-se em instrumento de facilitação das ações da reitoria para o atendimento das necessidades administrativas e pedagógicas, buscando soluções para a consolidação do processo de construção do Instituto Federal Catarinense.</i>		
Objetivo Específico	Execução	Metas Definidas
Substituição do Reitor.	2009-2011	Atender as demandas da reitoria na ausência e impedimentos do Reitor
Estabelecer relação com Diretores Gerais dos <i>Campi</i> .	2009-2011	Manter canal permanente de comunicação e interação com os Diretores Gerais dos <i>Campi</i> , como instrumento de facilitação das demandas emanadas para a reitoria
Elaboração do Estatuto do IF Catarinense.	2009	Construção coletiva por reuniões setoriais, discussão com a comunidade e reuniões na reitoria para síntese dos trabalhos e elaboração de minuta de Estatuto.
Elaboração do regimento Geral do IF Catarinense.		
Elaboração do regimento dos <i>Campi</i> .		
Elaboração do regimento disciplinar discente.		
Implantação do Núcleo Avançado de IBIRAMA.	2009	Verificação da viabilidade legal para constituição. Constituição de comissão para efetivação do trabalho de implantação, para definição de cursos, para o provimento de estrutura física adequada, recursos humanos e parcerias.
Implantação do Núcleo Avançado de LUZERNA.		
Implantação do Núcleo Avançado de FRAIBURGO.		
Implantação do Núcleo Avançado de ABELARDO LUZ.		
Implantação do Núcleo Avançado de BRUSQUE.		
Implantação do Núcleo Avançado de SÃO FRANCISCO DO SUL.		

2.3 Políticas de Ensino

As políticas de Ensino dos diferentes níveis da Educação Profissional estão contempladas na proposta do Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPI do INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, com transcrição, a seguir, dos componentes relativos à atuação da Instituição na atividade de ensino.

2.3.1 Atuação do Instituto em Relação ao Nível e Modalidades de Ensino e Setores da Economia

Atuar nos “diferentes níveis e modalidades de ensino” significa ofertar cursos de qualificação, formação inicial e continuada, de ensino médio, Técnicos, cursos superiores de Tecnologia, Bacharelados, Engenharias, Licenciaturas, cursos de Especialização, de Mestrado e Doutorado, presenciais, semi-presenciais e a distancia, concebidos em consonância com a vocação histórica das unidades que o compõem e com as diretrizes de seu Plano de Desenvolvimento institucional (PDI).

Na proposta do Projeto Político-Pedagógico Institucional do Instituto (em um processo de discussão junto ao corpo docente e discente das instituições que o formarão e à comunidade externa), encontrar-se-á o documento basilar para o Estatuto do Instituto (com previsão de conclusão dos trabalhos em dezembro de 2008)

2.3.2 Atuação nos Diversos Setores da Economia

O Instituto não deve excluir, a priori, qualquer possibilidade de atendimento às demandas locais, pois reconhece que a riqueza de uma Instituição reside, justamente, na diversidade de objetos, de métodos, na interlocução ampla com a sociedade e na perspectiva da utilização social do conhecimento que produz.

2.3.3 Aspectos a Serem Considerados em Relação ao Ensino

A partir da formulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), independentemente da modalidade/nível de educação e da demanda social a que atendam, devem ser pautados na concepção de uma educação ministrada em um Centro de Referência no Ensino e na Modernização do Ensino, devendo ainda considerar os seguintes aspectos:

a) Ruptura com a dicotomia teoria e prática:

A educação tecnológica tem o compromisso de romper com a dualidade entre teoria e prática, dimensões indissociáveis para a educação integral, pois nenhuma atividade humana se realiza sem elaboração mental, sem uma teoria em que se referencia, apesar de ser a prática o objetivo final de toda aprendizagem. O princípio educativo não admite a separação entre as funções intelectuais e as técnicas, e respalda uma concepção de formação profissional que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais.

A educação em todos os seus níveis e modalidades deve ser encarada como referencial permanente de formação geral, que encerra como objetivo fundamental o desenvolvimento do ser humano, pautado por valores éticos, sociais e políticos, de maneira a preservar a sua dignidade e a desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores. A educação profissional e tecnológica pressupõe, portanto, uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla que permita o domínio de métodos analíticos e de múltiplos códigos e linguagens, para construir, por sua vez, base sólida para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos específicos.

b) Desenvolvimento de competências profissionais:

Admitindo a pluralidade de significação, bem como a controvérsia no meio acadêmico em relação à noção de competência, a INSTITUTO Federal Catarinense entende que tal conceito não se limita ao “saber fazer”, pois pressupõe acerto no julgamento da pertinência da ação e no posicionamento, de forma autônoma, do indivíduo diante de uma situação.

No PDI a ação competente envolve atitude relacionada com a qualidade do trabalho, a ética do comportamento, a convivência participativa e solidária, a iniciativa, a criatividade, entre outros. E, assim sendo, por sua natureza e características, a educação profissional e tecnológica deve contemplar o desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional e a uma atuação responsável e ética de cada cidadão.

Nesta ótica, a adoção do conceito de competência amplia a responsabilidade do ensino, porque exige a adoção de métodos diferenciados de ensino e de novas formas de organização do trabalho acadêmico, que propiciem o desenvolvimento de capacidades para resolver problemas e integrem a vivência e a prática profissional.

Estas novas práticas profissionais devem apresentar uma interface com pelo menos:

- incorporação dos saberes dos estudantes às práticas de ensino, como forma de reconhecimento de possibilidades diversas de soluções de problemas;
- estímulo à criatividade, à autonomia intelectual e ao empreendedorismo;
- valorização das inúmeras relações entre conteúdo e contexto, que se podem estabelecer;
- integração de estudos de diferentes campos, como forma de romper com a segmentação e o fracionamento, entendendo que os conhecimentos se inter-relacionam;

2.3.4 Flexibilidade Curricular

É consensual a constatação de estarem superados os modelos de ensino estruturados sob a ótica de grades curriculares inflexíveis, estanques, caracterizadas pela fragmentação e hierarquização das disciplinas. A modernidade não comporta mais tais modelos que excluem alternativas pessoais e percursos acadêmicos diferenciados, que comportem diferentes itinerários formativos construídos pelo discente. Daí a necessidade de projetos curriculares flexíveis, capazes, inclusive, de permitir a mobilidade acadêmica, a ser implementada mediante a cooperação entre unidades dos *Campi* e /ou outros Centros de Excelência.

2.3.5 Mobilidade

É uma possibilidade para troca de experiências acadêmicas e de integração aos diversos contextos e cenários, proporcionando uma visão mais abrangente de diferentes realidades. A mobilidade é prevista em dois planos, o interno (inter-*campi*) e o externo (inter-instituições nacionais e internacionais).

Nessa dimensão, a mobilidade interna é prioritária e deve ser assegurada por meio de diretrizes comuns do Instituto. Já a mobilidade externa deve ser buscada por um conjunto de ações, tais como:

Busca de programas de dupla diplomação;

Realização de estágios e/ou de trabalhos de conclusão de curso no País e no exterior;

Apoio a convênios multilaterais de estudos, pesquisa e desenvolvimento, envolvendo discentes;

Intercâmbio pedagógico, científico, técnico, tecnológico e cultural entre docentes, pesquisadores e das instituições conveniadas.

2.3.6 Articulação do Ensino Com a Pesquisa e a Extensão

A pesquisa acadêmica permite desvendar as diversas áreas do conhecimento humano e constitui-se como parte inseparável do ensino, dando-lhe significação sempre renovada. As atividades extensionistas constituem práticas acadêmicas articuladas ao ensino e à pesquisa, que permitem estabelecer os vínculos entre as

Necessidades de soluções para problemas reais da comunidade local/regional e o conhecimento acadêmico.

O contato com a comunidade constitui-se como espaço privilegiado para a socialização do conhecimento produzido na Instituição, assim como para a criação de novos conhecimentos que possam contribuir para o desenvolvimento social e deve ser, por estes motivos, preocupação fundamental de todos os cursos da Instituição.

2.3.7 Estágio

É um exercício pré-profissional, em que os estudantes entram em contato com o ambiente de trabalho e desenvolvem atividades profissionalizantes na sua futura área de atuação.

O estágio é uma atividade acadêmica e constitui-se do "ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho", cujo principal objetivo é “o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (Lei nº. 11.788, Artigo 1º).

As atividades de estágio serão de caráter prático, pedagógico e de aprimoramento técnico e científico, possibilitando a integração e aplicação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. Portanto, deve oportunizar a vivência de situações críticas; motivar o estudante a tomar iniciativas para a resolução de problemas na área profissional de sua formação; estimular a criação cultural; promover o desenvolvimento do espírito e o pensamento reflexivo.

Observando a legislação vigente, o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, o que deve ficar definido no projeto dos cursos.

Os estágios obrigatórios estarão especificados nos projetos de cursos, sendo, portanto, de caráter curricular e sua carga horária será requisito mínimo para aprovação e obtenção do diploma. Já os estágios não obrigatórios serão considerados atividades opcionais, cujo somatório de horas deverá ser acrescido à carga horária regular.

Os *Campi* deverão ter o instrumental necessário para gerir e regulamentar todos os processos referentes à atividade de estágio, incluindo-se:

- Programa permanente de acompanhamento de estagiário;
- Controle e arquivamento da documentação legal exigida para a realização dos estágios;
- Cadastro de empresas, para realização de convênios, contratos, parcerias e intercâmbios que absorvam a demanda de estagiários;
- Suporte administrativo para apoio, informações e orientação aos alunos estagiários.

“As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso” Artigo 2º, § 3º).

2.3.8 Ensino a Distância

A educação a distância (EaD) é uma modalidade de ensino muito importante para o acesso a uma educação de qualidade. Pode-se citar alguns benefícios da Educação a Distância, como a democratização do acesso à educação, proporcionando uma aprendizagem autônoma e ligada à experiência, a promoção de um ensino inovador e de qualidade, incentivando a educação permanente e, assim, proporcionar o direito a educação para todos.

Com isso, o Instituto Federal Catarinense se propõe a ser empreendedor na implantação da modalidade de Educação a Distância, nos diferentes níveis de ensino.

A implantação do núcleo de educação a distância tem por objetivo propiciar a formação profissional, em diversos níveis (formação inicial e continuada, técnico, tecnológico e pós-graduação) na modalidade de educação a distância, a fim de levar os cursos para as regiões distantes geograficamente do Instituto Catarinense, representado pelos *campi*, e para a periferia dos grandes centros/cidades do Estado de Santa Catarina, incentivando os cidadãos a concluírem seus estudos e/ou se profissionalizarem.

Os cursos serão desenvolvidos pelos *campi* pertencentes ao Instituto Federal Catarinense, nos quais os alunos matriculados receberão atendimento presencial da equipe de tutores que serão selecionados e capacitados para o desempenho dessa função.

Os alunos realizarão também as atividades práticas laboratoriais nos *Campi* em laboratórios disponibilizados por essa instituição, assim como os estágios obrigatórios. Para o estágio, serão realizadas parcerias com instituições privadas e públicas a fim de viabilizar o estágio previsto no curso.

Os cursos apresentados deverão atender a demanda pela formação (nível) identificada nos municípios, visando atender aos arranjos produtivos sociais locais de modo a fortalecer o mercado local e regional, incentivando os cidadãos na retomada da formação educacional.

A metodologia de ensino do curso na modalidade a distância fará uso das novas tecnologias de informação e comunicação para garantir a interação professor/aluno e tutor/aluno. A infra-estrutura educacional organizada na instituição de ensino, presente no Núcleo de EAD, deverá ser complementada com a infra-estrutura de tecnologia dos *Campi* composta por laboratórios de informática com acesso à Internet, laboratórios didáticos, salas

de videoconferência e espaços administrativos e de estudo que garantem ao aluno as condições necessárias para desenvolver as atividades acadêmicas do curso.

Com isso, será de responsabilidade do Núcleo de Educação a Distância:

- Equipar os *Campi* com os suportes tecnológicos (plataforma moodle, biblioteca virtual e laboratórios) necessários ao desenvolvimento dos cursos.
- Preparar a estrutura física dos *Campi* para o desenvolvimento das aulas, como laboratórios e salas de estudo.
- Disponibilizar os recursos humanos necessários ao funcionamento dos cursos na modalidade a distância.
- Auxiliar no desenvolvimento do material didático-pedagógico específico para cada curso, considerando as especificidades da modalidade a distância.
- Coordenar o processo de implementação do curso.
- Disponibilizar o corpo docente com formação específica para desenvolver o Projeto.
- Administrar o orçamento.
- Avaliar as ações.

2.4 Políticas de Pesquisa Pós-graduação e Inovação

Um dos grandes desafios da educação profissional está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho.

Entende-se que a pesquisa na educação profissional estabelece uma relação indissociável com o ensino e a extensão. O ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam acompanhando o princípio da verticalidade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade e a preservação do meio ambiente.

Segundo o Ministério da Educação (2008), cabe aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, enquanto fomentadores do diálogo dentro de seu território, provocar a atitude de curiosidade e diálogo com o mundo numa atitude própria de pesquisa. O ato de pesquisar, nos Institutos Federais, é ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade.

A iniciação científica na educação profissional deve constituir-se num processo de inserção do discente no mundo científico e propiciar-lhe contato com os fundamentos para a produção do conhecimento científico e tecnológico. Deve desenvolver no educando a apropriação dos fundamentos teórico-epistemológicos e metodológicos através da realização de pesquisas com base nos fundamentos apreendidos.

Plano de Desenvolvimento Institucional

A iniciação científica visa instrumentalizar o discente com os princípios e fundamentos básicos da pesquisa. O resultado desta modalidade de pesquisa geralmente é expressa em monografias, trabalhos de conclusão de cursos e, em geral, é tema de divulgação em mostras, feiras, jornadas e em seminários.

A formação inicial do pesquisador contribui para a melhoria da qualidade científica brasileira, podendo gerar produções acadêmicas mais complexas e pesquisadores preparados para atuarem nas diversas áreas do conhecimento e dinamizarem o desenvolvimento tecnológico e científico do Brasil.

O exercício da pesquisa é capaz de promover a independência intelectual e contribui diretamente na formação de cidadãos capazes de construir conhecimento ao longo da vida.

Considerando a integração da pesquisa com o ensino, estratégias pedagógicas serão contempladas curricularmente, permitindo aos discentes o envolvimento com métodos e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber.

As rápidas mudanças e atualizações na geração de novas tecnologias e processos proporcionam ao Instituto Federal Catarinense ratificar a importância de favorecer a formação continuada de profissionais pesquisadores docentes e técnicos através de cursos de capacitação e eventos para atualizações e divulgação de resultados de pesquisas.

O Instituto Federal Catarinense buscará apoiar e incentivar o desenvolvimento de pesquisas em todos os níveis, quais sejam: ensino médio/técnico, tecnológico, graduações e pós-graduações, através de programas e orçamentos próprios, de parcerias e convênios com instituições e órgãos de fomento à pesquisa.

As diversas ações, com o objetivo de incentivar e promover os programas e projetos de pesquisa, poderão ser desenvolvidas no âmbito de cada *campus* e pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, a partir da criação de um comitê de Incentivo à Pesquisa e Iniciação Científica do Instituto Federal Catarinense formado a partir da representação paritária de suas unidades constituintes.

Visando favorecer o desenvolvimento integrado de pesquisas científicas e fortalecer princípios da verticalidade e transdisciplinariedade torna-se relevante a definição de linhas de pesquisa por temas aglutinadores e abrangentes.

Os grupos de pesquisa poderão ser constituídos por pesquisadores docentes, técnicos e discentes. A composição de cada grupo poderá contemplar convidados de outras organizações locais, regionais e ou nacionais afins.

Programas, projetos e seus pesquisadores, encontram assim a possibilidade de formação de redes de conhecimentos que se constroem a partir de múltiplos olhares sobre uma temática.

A democratização da produção científica, tecnológica e cultural é uma forma de devolver à sociedade os investimentos aplicados. Meios de divulgação científica, tecnológica e cultural serão instituídos, notadamente através da criação de publicação periódica do Instituto, bem como o apoio a organização de eventos com esta finalidade, buscando a colaboração interinstitucional.

As bibliotecas dos *Campi* possuem papel relevante no que tange ao suporte informacional que fundamentam as pesquisas, bem como na disseminação da produção

Plano de Desenvolvimento Institucional

intelectual do Instituto Federal Catarinense devendo contribuir diretamente no processo de organização, recuperação e acesso a toda comunidade, seja no meio impresso ou eletrônico.

Consideram-se como produções intelectuais as modalidades: bibliográfica (relatórios de estágio, monografias, dissertações, artigos, livros) técnica (softwares, produtos, projetos, processos, trabalhos técnicos, propriedade intelectual) e a cultural (produções artísticas e afins).

Serão promovidas políticas de apoio ao desenvolvimento de eventos científicos internos, resultantes dos processos de Pesquisa e Iniciação Científica nos *Campi*, culminando em evento científico periódico do Instituto Federal Catarinense, previstos orçamentariamente.

2.5 Políticas de Relações Empresariais e Comunitárias

As políticas de Relações Empresariais e Comunitárias orientam-se pela razão de que os princípios da relação empresarial e comunitária, devam ser um trabalho acadêmico e social, que promovam a produção e a democratização do saber, o desenvolvimento e a organização da sociedade, a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e das responsabilidades do exercício da cidadania, viabilizando a inserção, o reconhecimento e valorização dos egressos do IFET-Catarinense, no mundo do trabalho.

As políticas devem fomentar e acompanhar as atividades de extensão e relações com a sociedade, fortalecendo a interação entre o Instituto, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa

A Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias deve contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino, tendo como objetivos:

Buscar interação sistematizada dos Institutos Federais com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil.

Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular.

Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos.

2.6 Política Recursos Humanos

A política de desenvolvimento de recursos humanos do Instituto Federal Catarinense deve criar condições para o crescimento pessoal e profissional, proporcionando oportunidade de conhecimento, de desenvolvimento de habilidades e de competências, reafirmando o compromisso com a instituição e com a sociedade.

Os principais objetivos da política de recursos humanos deste Instituto a promoção de um plano permanente de formação de recursos humanos, o estabelecimento de um programa

institucional de avaliação de desempenho nas diversas áreas de atuação do Instituto e a definição de um programa de desenvolvimento institucional de valorização pessoal e profissional.

A elaboração da política de recursos humanos do Instituto é pautada pela transparência e pela participação de cada *campus*.

2.7 Políticas de Administração

A Pró Reitoria de Administração possui claramente o entendimento de que o objetivo final do Instituto Federal Catarinense só será atingido com um apoio técnico de excelência pela área meio.

O foco principal será a atenção aos projetos iniciais de solidificação do Instituto Federal Catarinense. O maior e principal desafio a ser percorrido será implantar em definitivo a Reitoria do Instituto Federal Catarinense em Blumenau SC. É preciso uma ação forte neste sentido para termos um referencial de localização e o conhecimento e entendimento pela Sociedade Catarinense e Brasileira desta nova página na Educação Nacional.

A obra civil por si só não será responsável pelo entendimento da grandiosidade do Projeto Instituto Federal, é preciso disseminar na sociedade catarinense a política da Educação Federal Tecnológica. Por isso faz-se mister o uso de toda a mídia e das atuações comunitárias, tanto na sede da Reitoria quanto nos *Campi* para que os Catarinenses percebam que esse ente que nasce é um patrimônio conquistado e que veio para ficar.

É preciso resgatar que o Instituto Federal Catarinense foi criado através da integração inicial de três autarquias e duas Escolas Vinculadas das mais diferentes regiões do Estado e das mais diferentes culturas, abrangência econômica e inserção comunitária. Desde as primeiras reuniões referentes a adesão e instalação do Instituto, a Reitoria se comprometeu a manter a autonomia dos *Campi*, até o limite legal, e esse princípio será mantido pela Pró Reitoria de Administração..

Justamente pela heterogeneidade dos *Campi*, cada Autarquia e cada Escola Vinculada adotava um procedimento administrativo para as demandas da área meio. Será um desafio desta Pró Reitoria em definir padronização administrativa para os mais diversos procedimentos, sem jamais ferir a autonomia dos *Campi*.

É preciso lembrar também pelo que já foi explanado anteriormente que as Autarquias e as Escolas Vinculadas possuíam organogramas totalmente diversos, desde a denominação da função até a retribuição das funções, esta diferença gerava uma consequência desde o planejamento da equipe até a motivação dos titulares das funções. Será foco desta Pró-Reitoria, juntamente com a equipe de Reitoria, aplicar o princípio jurídico de “igualar os desiguais” para a partir daí buscar os resultados esperados da área meio.

Se ao final do ano de 2011, a partir da Solidificação do Instituto Federal Catarinense a Sociedade Catarinense reconhecer e saber identificar a importância que significa o Projeto dos Institutos Federais para o Estado e o País, todo trabalho que nos aguarda terá sido justificado.

2.8 Política de Atendimento aos Portadores de Necessidades Especiais (PNEs)

Os *Campi* que compõe o Instituto, ao longo de sua história não vivenciaram de maneira efetiva a inclusão de Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais. Este fato ocorria pelos mais diversos motivos, desde o despreparo dos profissionais, a falta de adaptação de sua estrutura física ou mesmo pelo desestímulo que o PNE sentia em fazer parte do processo seletivo para os cursos oferecidos.

Hoje, no entanto, pode-se afirmar que a inclusão das PNEs não é uma preocupação de um grupo isolado, mas do próprio sistema educacional brasileiro que anseia por atender de maneira mais eficiente a esta clientela. Esta necessidade parece estar, em muitos casos, tanto relacionada à própria convivência que os profissionais têm tido com estas pessoas ou com programas específicos quanto por uma modificação social do conceito de inclusão de PNEs que vem ocorrendo de forma acentuada nos últimos anos, em todo o mundo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado através da Lei nº. 8.069/90, em seu artigo 53, afirma que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” O estatuto ainda faz referência a temas de relevância, tais como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o direito de ser respeitado por seus educadores e o direito de acesso em escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A legislação que faz referência à Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, compreende um conjunto de orientações normativas que objetivavam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais destas pessoas.

Entendendo a responsabilidade que tem frente às novas políticas de atendimento e inclusão dos PNEs, o Instituto considera essencial a criação e/ou manutenção dos NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, em cada *campus*.

3 GESTÃO INSTITUCIONAL

Com a criação do Instituto Federal Catarinense, através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Vinculadas obrigaram-se a adequar ao novo ente Autárquico que se apresentou. Por força desta nova estrutura, já antes da criação do Instituto através de debates promovidos entre a futura equipe de trabalho do Instituto e os antigos Diretores de Escolas, passamos a definir o ideal da estrutura organizacional para a Reitoria e os *Campi*. A composição atual é a que segue:

3.1 Organograma da Reitoria

No Estatuto

3.2 Organograma dos *Campi*

No Estatuto

3.3 Conselhos

3.3.1 Conselho Superior

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal Catarinense, tendo a seguinte composição:

- I. O Reitor, como presidente e membro nato;
- II. 01 (um) representante dos servidores docentes, por *campus*, eleito por seus pares;
- III. 01 (um) representante do corpo discente, por *campus*, eleito por seus pares;
- IV. 01 (um) representante dos servidores técnicoadministrativos, por *campus*, eleito por seus pares;
- V. 02 (dois) representantes dos egressos da Instituição;
- VI. 09 (nove) representantes da sociedade civil, sendo 03 (três) indicados por entidades patronais, 03 (três) indicados por entidades dos trabalhadores e 03 (três) representantes do setor público e/ou empresas estatais;
- VII. 01 (um) representante do Ministério da Educação;
- VIII. 04 (quatro) membros do Colégio de Dirigentes, sendo escolhidos por seus pares, sendo 02 (dois) representantes dos Pró-reitores e 02 (dois) representantes dos Diretores Gerais.

Haverá um titular e um suplente para cada representação do Conselho.

Os mandatos serão de 02 (dois) anos, sendo permitido o máximo de dois mandatos consecutivos, exceção feita aos membros previstos no item I e V.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Para cada mandato, os representantes dos egressos serão originados de dois dos *Campi* que formam o Instituto, em sistema de rodízio; sendo a indicação do egresso, em cada um dos *Campi*, feita pela entidade de classe representativa do curso com maior número de formados nos dois últimos anos.

Os representantes de que trata o item VI, serão chamados a participar por meio de edital.

O último ex-reitor terá assento no Conselho Superior sem, contudo, direito a voto.

Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Superior, assumirá o respectivo suplente para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

O Conselho Superior só funcionará com a presença de, no mínimo, a maioria simples de seus membros, cujo comparecimento às sessões, para os servidores do Instituto é preferencial em relação à outra atividade.

Competências do Conselho Superior:

- I. aprovar as diretrizes para atuação do Instituto Federal Catarinense e zelar pela execução de sua política educacional;
- II. aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal Catarinense, em consonância com o estabelecido no artigo 12 da Lei nº. 11.892/2008;
- III. homologar os resultados do processo de consulta à comunidade acadêmica, na escolha para os Diretores Gerais, de cada um dos *Campi*.
- IV. aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e apreciar as propostas orçamentárias anuais do Instituto e de cada *campus*, após a discussão da matéria junto à respectiva comunidade acadêmica;
- V. aprovar o Projeto Político Institucional (PPI), bem como os regulamentos internos, cuja abrangência inclui todos os *Campi*;
- VI. aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente;
- VII. autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- VIII. apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- IX. deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo Instituto Federal Catarinense;
- X. autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do Instituto Federal Catarinense, bem como o registro de diplomas;
- XI. aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do Instituto Federal Catarinense, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica e;

XII. decidir sobre a criação, desdobramento, incorporação, fusão e extinção de unidades e sobre a agregação de estabelecimentos de ensino, bem como a sua criação, transformação de regime jurídico ou extinção de órgãos suplementares, na forma da legislação.

XIII. deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

3.3.2 Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição:

- I. q Reitor, como presidente;
- II. os Pró-reitores; e
- III. os Diretores Gerais dos *Campi*.

O Colégio de Dirigentes reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros, de forma presencial ou à distância.

Competências do Colégio de Dirigentes:

- I. apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos, após sua discussão pela comunidade acadêmica, de cada *campus*.
- II. apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- III. propor ao Conselho Superior a criação e/ou alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal Catarinense;
- IV. apreciar e recomendar o calendário de referência anual;
- V. apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão e;
- VI. acompanhar a execução e recomendar alterações no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e;
- VII. apreciar os assuntos de interesse da administração do Instituto Federal Catarinense a ele submetido.

4 GESTÃO DE PESSOAS

4.1 Organização da Gestão Pessoal

Em toda Instituição o resultado só é atingido através da atuação humana. As pessoas são os agentes do desenvolvimento e, em nosso Instituto, não pode ser diferente. Nenhuma ação seria possível se a Instituto não tivesse um corpo funcional qualificado eficaz e eficiente dando o suporte necessário para o desenvolvimento que a Educação Tecnológica necessita.

No ano de 2008, com a criação dos Institutos, através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Governo Federal reconheceu a importância da renovação da força de trabalho e autorizou concurso público para a contratação de pessoal tanto para atender a Reitoria quanto para os *Campi*, além é claro de toda expansão da Rede Federal.

Também através da mesma Lei foi ampliada a estrutura de cargos do Ministério da Educação para atender a demanda dos Institutos e da Expansão.

4.2 Planos de Carreira

Os Técnicos Administrativos em Educação são regidos pela Lei nº. 11.091/2005, que reestruturou o antigo PUCRCE, plano esse que já não atendia mais as necessidades dos servidores.

Da mesma forma que os professores qualificados retornam seus conhecimentos aos discentes, os TAEs trazem retorno tanto a área fim como a área meio, afinal de contas todos os servidores do Instituto são educadores por excelência.

4.2.1 Carreira Docente

Os Docentes no ano de 2008 obtiveram um avanço em sua estrutura de carreira, a Lei nº. 11.788/2008 modificou a antiga carreira de Professor de Ensino de 1º. e 2º. Graus para Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Esta nova carreira veio ao encontro das novas necessidades e conquistas com a criação do Instituto Federal, pois agora os professores podem e devem lecionar para as graduações e pós-graduações sem nenhum impedimento legal.

4.2.2 Carreira Técnicos Administrativos em Educação (TAE)

Os Técnicos Administrativos em Educação são regidos pela Lei nº. 11.091/2005, que reestruturou o antigo PUCRCE, plano esse que já não atendia mais as necessidades dos servidores.

Da mesma forma que os professores qualificados retornam seus conhecimentos aos discentes, os TAEs trazem retorno tanto a área fim como a área meio, afinal de contas todos os servidores do Instituto são educadores por excelência.

4.3 Dados Gerais de Servidores do Instituto Federal Catarinense

Abaixo segue a demonstração da força de trabalho do Instituto Federal Catarinense:

4.3.1 Número de professores do Quadro Efetivo

Unidade	GRAD.	ESP.	MEST.	DOUT.	PÓS-D.	TOTAL
Reitoria	-	-	-	-	-	-
Araquari	0	3	18	8	0	29
Camboriú	6	05	26	6	1	44
Concórdia	0	12	22	2	0	36
Rio do Sul	2	7	34	8	0	51
Sombrio	4	11	23	7	0	45
Videira	0	0	0	0	0	0
TOTAL	12	38	123	31	1	205

4.3.2 Número de TAEs do Quadro Efetivo

Unidade	APOIO	MÉDIO	SUPERIOR	TOTAL
Reitoria	-	-	-	-
Araquari	01	22	01	24
Camboriú	13	17	09	39
Concórdia	09	40	09	58
Rio do Sul	11	41	11	63
Sombrio	23	37	12	72
Videira	0	0	0	0
TOTAL	57	157	42	256

4.3.3 Previsão de Expansão do Quadro Funcional até 2012

Unidade	2009		2010		2011		2012	
	Prof.	TAE's	Prof.	TAE's	Prof.	TAE's	Prof.	TAE's
Reitoria	-	20	-	30	-	40	-	60
Araquari	29	24	63	60	75	85	100	100
Camboriú	44	39	60	60	80	80	100	100
Concórdia	36	58	60	85	80	90	100	100
Rio do Sul	51	63	70	70	80	80	100	100
Sombrio	45	72	60	82	80	92	100	102
Videira	0	0	60	60	80	80	100	102
TOTAL	205	256	373	417	475	507	600	604

4.4 Programas de Saúde

Garantir a existência de recursos específicos para a promoção da saúde dos servidores e seus dependentes, implementando políticas que garantam amplo acesso dos servidores e seus dependentes à assistência à saúde.

Deve também empreender ações no sentido de viabilizar a liberdade do servidor quanto à aplicação dos recursos destinados a sua assistência à saúde.

4.5 Programas de Capacitação

Garantir a implementação do programa de capacitação dos TAE's e a contínua discussão em cada *campus*, bem como proporcionar a oferta de programas de qualificação, mestrado e doutorado para a contínua qualificação do corpo docente, especialmente de maneira a prepará-lo para as novas demandas oriundas do Instituto.

Incentivar para que cada *campi* implante programas de capacitação, de qualificação dentro do processo de formação continuada para todos os servidores.

5 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

5.1 Programas Específicos Para Fomentar o Empreendedorismo nos Alunos

O empreendedorismo deve ser um objetivo a ser perseguido em todos os níveis de ensino, fortalecendo-se as ações das cooperativas-escola, das agências articuladoras, das incubadoras tecnológicas e ampliando o acesso dos discentes aos órgãos de fomento ao ensino e à pesquisa.

5.2 Regulamento Disciplinar

Os regulamentos disciplinares devem conter uma estrutura mínima que poderá ser unificada para os *Campi*, entretanto deverá permitir a construção de regras e normatizações específicas, fundamentais para o bom funcionamento de cada Instituição. Deve também prever a construção de regulamentos disciplinares diferentes para cada nível de ensino.

5.3 Atendimento a Saúde

Cada *campus* deverá efetivar programas visando o atendimento a saúde dos alunos contemplando: serviço médico, serviço de enfermagem, serviço odontológico, serviço psicológico, saúde preventiva, seguro, dentre outros.

5.4 Representação Estudantil

Estimular no meio estudantil políticas de lideranças e garantir a ampla representação estudantil a partir da constituição e fortalecimento de Grêmios Estudantis e de Diretórios Acadêmicos dentre outras, organizados de forma autônoma através de iniciativas do corpo discente. Deve-se garantir também a participação desta representação nos processos decisórios dos *Campi*.

5.5 Acompanhamento de Egressos

O acompanhamento de egressos deverá ser realizado através de programas próprios e as informações devem dar subsídio para o planejamento de ações Institucionais.

6 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

A organização acadêmica do Instituto Federal Catarinense está estruturada em Instrumentos Normativos do Instituto e Instrumentos Normativos dos *Campi*. Esta organização leva em consideração a abrangência do Instituto Federal Catarinense, as especificidades de cada um de seus *campus*, a diversidade dos arranjos produtivos locais e os princípios de autonomia didático-pedagógica, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar.

São considerados instrumentos normativos do Instituto Federal Catarinense:

- **Estatuto do Instituto Federal Catarinense.**
- **Regimento Geral do Instituto Federal Catarinense.**
- **Resoluções do Conselho Superior.**
- **Atos da Reitoria.**
- **Instrumentos de Planejamento: PDI, PPI.**

São considerados instrumentos normativos dos *Campi* diretamente subordinado aos instrumentos normativos do Instituto Federal Catarinense:

Regimento Interno do *Campus*: o documento interno de cada *campus* deve conter no mínimo: Organograma do *campus* e suas atribuições, Definição dos Conselhos e suas atribuições, Definição das comissões permanentes e suas atribuições, Direitos e Deveres dos Técnico-Administrativos e Docentes e Normas de Afastamento.

Regulamento Disciplinar do Corpo Discente: Documento específico que trata dos direitos e deveres dos alunos e que está subordinado ao Regimento Interno do *campus*.

Organização Didática: Documento subordinado ao Regimento Interno do *campus* e que organiza a atividade pedagógica, devendo atender as políticas e diretrizes de ensino, pesquisa e extensão do Instituto. A organização didática deve conter informações comuns, uniformizando alguns procedimentos fundamentais entre todos os processos de ensino da Instituição. Por outro lado, deve permitir que as especificidades de cada *campus* possam ser contempladas, identificadas em cada projeto de curso.

Projeto de Curso: Documento que deve contemplar as especificidades de cada curso, conforme normas legais vigentes.

Projeto Pedagógico do Curso: documento que estabelece as políticas de atuação do Instituto respeitando as peculiaridades de cada curso e a legislação vigente.

7 OFERTA DE CURSOS ATUAIS E PLANO DE EXPANSÃO

7.1 Campus de Araquari

CURSO	NÍVEL	MODAL	Nº. MATRÍCULAS			
			2009	2010	2011	2012
Ensino médio	Médio	Conc.	211	227	227	227
Técnico em Agropecuária	Médio	Sub.	94	138	138	138
Técnico em Agro pecuária	Médio	Conc.	139	155	155	155
Técnico em Aquicultura	Médio	Sub.	21	35	35	35
Técnico em Informática com habilitação em Sistemas de informação	Médio	Conc.	72	107	107	107
Técnico em Informática para Internet	Médio	Sub.	92	105	105	105
Qualificação em informática e manutenção em computadores	Médio	Proeja	03	50	100	150
Técnico em Agropecuária – PROEJA	Médio	Proeja	49	99	99	99
PROEJA - PESCA	Médio	Proeja	16	0	0	0
PROEJA – Processamento de Pescados	Médio	Proeja	50	100	150	200
Geomática	Médio	FIC	0	0	50	100
Licenciatura em Ciências Agrícola	Superior	Licenciatura	0	050	100	150
Medicina Veterinária	Superior	Bacharel	0	050	100	150
Sistemas de Informação	Superior	Bacharel	0	050	100	150
Licenciatura em Química	Superior	Licenciatura	0	0	050	100
Produção de Peixes Ornamentais	Especialização	<i>Latu Sensu</i>	0	050	050	050
Sanidade em Aquicultura	Especialização	<i>Latu Sensu</i>	0	050	050	050
TOTAL			747	1266	1616	1966

7.2 Campus de Camboriu

CURSO	NÍVEL	MODAL	Nº. MATRÍCULAS			
			2009	2010	2011	2012
Ensino Médio	Médio	Conc.	307	400	490	595
Técnico em Agropecuária	Técnico	Conc.	164	200	210	210
Técnico em Agropecuária	Técnico	Subs.	56	72	80	80

Plano de Desenvolvimento Institucional

Técnico em Informática	Técnico	Conc. Int.	85	100	105	140
Técnico em Informática	Técnico	Conc. Ext.	105	105	105	105
Técnico em Informática	Técnico	Subs.	64	36	0	0
Técnico em Meio Ambiente	Técnico	Subs.	40	40	40	40
Técnico em Agroindústria	Técnico	Subs.	0	0	0	35
Técnico em Transações Imobiliárias	Técnico	Subs.	64	75	80	80
Técnico em Turismo e Hospitalidade	Técnico	Conc.	58	100	175	210
PROEJA – Habilitação em Agroindústria	Médio	EJA	20	30	40	40
PROEJA – Habilitação em Turismo e Hospitalidade	Técnico	EJA	25	31	40	40
Sistemas de Informações	Superior	Bacharel	0	40	80	120
Medicina Veterinária	Superior	Bacharel	0	0	40	80
Zootecnia	Superior	Bacharelado	0	0	0	40
Engenharia Agrônômica	Superior	Engenharia	0	0	40	80
Engenharia Ambiental	Superior	Engenharia	0	0	0	40
Administração – Agronegócio	Superior	Bacharel	0	0	40	80
Licenciatura em Matemática	Superior	Licenciatura	0	40	80	120
Licenciatura em Física	Superior	Licenciatura	0	0	40	80
Licenciatura em Biologia	Superior	Licenciatura	0	0	0	40
Tecnólogo em Negócios Imobiliários	Superior	Tecnólogo	0	40	80	120
TOTAL			988	1.309	1.765	2.415

7.3 Campus de Concórdia

CURSO	NÍVEL	MODAL	Nº. MATRÍCULAS			
			2009	2010	2011	2012
Ensino Médio	Médio	Conc.	436	474	474	474
Curso Técnico em Agropecuária	Médio	Conc.	373	384	384	384
Curso Técnico em Alimentos	Médio	Conc.	82	90	90	90
Curso Técnico em Enfermagem	Médio	Subs.	80	0	0	0
Curso Técnico em Turismo	Médio	Subs.	22	0	0	0
Curso de Tecnólogo em Alimentos	Superior	Presencial	128	150	150	150
Novo curso técnico			0	0	40	80
Curso de Licenciatura Plena em Matemática	Superior	Presencial	0	40	80	120
Curso de Medicina Veterinária	Superior	Presencial	0	40	80	120
Novo curso superior			0	0	40	80
TOTAL			1.121	1.214	1.284	1.354

7.4 Campus de Rio do Sul

CURSO	NÍVEL	MODAL	Nº. MATRÍCULAS			
			2009	2010	2011	2012
Ensino Médio	Médio	Médio	194	104	0	0
Técnico Agrícola – Habilitação em Agroecologia.	Médio	Conc. Interna	75	50	10	05
Técnico Agrícola – Habilitação em Agroecologia.	Médio	Conc. Externa	30	0	0	0
Técnico Agrícola – Habilitação em Agroecologia.	Médio	Integrado	32	67	102	100
Técnico Agrícola – Habilitação em Agroecologia.	Médio	Subs.	0	0	35	70
Técnico Agrícola – Habilitação em Agropecuária.	Médio	Conc. Interna	261	198	117	40
Técnico Agrícola – Habilitação em Agropecuária.	Médio	Subs.	55	70	70	70
Técnico Agrícola – Habilitação em Agropecuária.	Médio	Integrado PROEJA	13	0	0	0
Técnico Agrícola – Habilitação em Agropecuária.	Médio	Integrado	108	210	315	420
Técnico em Informática.	Médio	Conc. Externa	61	166	210	210
Técnico em Informática.	Médio	Subs.	54	70	70	70
Técnico em Informática	Médio	Integrado - Proejafic	0	20	40	60
Técnico Florestal.	Médio	Subs.	60	70	70	70
Técnico em Eletromecânica.	Médio	Subs.	0	35	70	70
Técnico em Agrimensura	Médio	Subs.	0	35	70	70
Programa especial de Formação Pedagógica	Superior	Presencial	0	0	40	80
Tecnólogo em Horticultura.	Superior	Presencial	10	50	80	80
Tecnologia em Agroindústria.	Superior	Presencial	0	0	40	80
Tecnologia da Produção Têxtil.	Superior	Presencial	0	0	0	40
Ciências Agrárias	Superior	Presencial	0	0	0	40
Licenciatura em Matemática	Superior	Presencial	0	40	80	120
Licenciatura em Informática	Superior	Presencial	0	0	40	80
Agronomia	Superior	Presencial	0	40	80	120
Zootecnia	Superior	Presencial	0	0	40	80
Medicina Veterinária	Superior	Presencial	0	0	0	40
Informática	Superior	Presencial	0	40	80	120
Engenharia Sanitária/Ambiental	Superior	Presencial	0	0	0	40
Engenharia Florestal	Superior	Presencial	0	0	40	80
TOTAL			953	1.265	1.699	2.255

7.5 Campus Sombrio

CURSO	NÍVEL	MODAL	Nº. MATRÍCULAS			
			2009	2010	2011	2012

Plano de Desenvolvimento Institucional

Técnico em Informática, com habilitação em Manutenção de Microcomputadores	Técnico	Subs.	71	40	40	40
Técnico em Informática com habilitação em Manutenção de Microcomputadores – PROEJA	Técnico	PROEJA	07	40	80	80
Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária.	Técnico	Conc. interna	413	140	140	140
Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária.	Técnico	Subs.	96	40	40	40
Técnico em Turismo e Hospitalidade, com ênfase em Turismo Rural	Médio	Subs.	31	40	40	40
Ensino Médio	Médio	Conc. interna	412	140	140	140
Tecnologia em Redes de Computadores	Superior	Tecnologia	0	40	40	40
Engenharia Agrônômica	Superior	Engenharia	0	45	45	45
Matemática	Superior	Licenciatura	0	45	45	45
Ciências Biológicas	Superior	Licenciatura	0	45	45	45
Pós-graduação Lato Sensu (a definir)	Superior	Lato Sensu	0	0	0	50
TOTAL			1030	835	875	925

7.6 Campus de Videira

CURSO	NÍVEL	MODAL	Nº. MATRÍCULAS			
			2009	2010	2011	2012
Técnico Agrícola	Médio	Subs.	35	70	70	70
* Em fase de definição.	*	*	*	*	*	*
TOTAL			35			

8 INFRA-ESTRUTURA

8.1 Informações de áreas físicas do Instituto Federal Catarinense

O Instituto Federal Catarinense recebeu todo o patrimônio das Antigas Escolas Agrotécnicas e Escolas Vinculadas. Além das antigas Escolas, o patrimônio do *Campus* de Videira significou nova área para o Instituto.

Demonstrativo da atual Estrutura Física:

AMBIENTE	ARAQUARI		CAMBORIÚ		CONCÓRDIA		RIO DO SUL		SOMBRIO		VIDEIRA*	
	Nº.	Área (m ²)	Nº.	Área (m ²)	Nº.	Área (m ²)	Nº.	Área (m ²)	Nº.	Área (m ²)	Nº.	Área (m ²)
Salas de aula	6	447	16	2.191	19	1.850	26	3.706	15	750	22	3.187,00
Laboratórios	11	1.111	16	1.218	8	730	07	671	06	1.015	05	602,81
Biblioteca	1	126	01	620	1	515	01	566	01	250	01	630,00
Auditórios	1	400	01	600	0	0	02	1.061	02	350	02	683,00
Poli-esportivos	1	1.200	01	1.575	5	12.088	01	2.546	04	7.200	01	1.592,50
Administrativos	1	1.166	09	1.870	1	3.008	30	1.870	16	700	01	517,37
Unidades Didáticas	16	6.825	15	5.840	0	0	30	4.124	21	5.100	00	00
Atendimento ao aluno*	4	1.846	12	3.215	9	3.717	19	4.792	09	1.000	01	298,84
Unidade Urbana	0	0	0	0	0	0	01	2.600	0	0	00	00
Serviços Gerais	3	410	06	2.370	3	4.157	28	4.320	03	700	00	00
Área total construída (m²)		13.531		19.499		26.065		26.256		17.065		7.507,92
Área total da Instituição (ha)		205		204		253		305		204		7,096

* Refeitório, cozinha, alojamento, sala de TV, sala de estudos, enfermaria, consultórios médico e odontológico, etc

*Videira em fase de implantação

8.2 Expansão Prevista

8.2.1 Novos Campi

8.2.1.1 Ibirama

O Instituto criará uma unidade da expansão na cidade de Ibirama. Para um melhor entendimento da localização, verifica-se que Ibirama dista aproximadamente 20 km do *Campus* de Rio do Sul e está a apenas 70km da Reitoria, portanto é outra Unidade estratégica para agregar ao Instituto Federal Catarinense.

Cachoeiras, rios, montanhas e piscinas naturais atraem mais de 30 mil pessoas por ano a Ibirama para a prática de rafting, rapel e caminhadas ecológicas. Com suas belezas naturais preservadas, a "cidade dos belos panoramas" também conserva as características da colonização germânica na região, como a arquitetura, culinária e artesanato. Edificações históricas, produtos caseiros e turismo de aventura formam o cardápio desse lugar que, em 1897, no início de sua colonização, recebeu o nome de Hamônia. Com a emancipação, em 1934, passou a se chamar Dalbergia. Mas não por muito tempo. Em 1943, ganhou seu batismo definitivo: em linguagem indígena, Ibirama significa, apropriadamente, "terra da fartura". Os cinco meios de hospedagem da cidade têm capacidade para 170 leitos. A conexão com os povos da mata vem de longe. Nos tempos da colonização, os tropeiros que tocavam o gado para São Paulo e pernoitavam na área eram surpreendidos pelos nativos, que caçavam seus animais para se alimentarem. Mais tarde, Ibirama tornou-se sede da primeira reserva indígena do país, a Duque de Caxias, que abriga 1.300 índios das etnias Kaingang, Xokleng e Guarani em um território que inclui hoje os municípios de José Boiteux e Vitor Meirelles. Em 1997, a cidade resolveu homenagear as pessoas que a construíram, retratando, no Monumento ao Centenário, figuras que representam o índio, o imigrante desbravador, o agricultor e o operário (fonte: Federação Catarinense De Municípios - FECAM).

8.2.2 Fraiburgo

A Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo (FEAF) de Segmento Comunitário, sem fins lucrativos, era mantenedora do Centro de Educação Profissional de Fraiburgo-CEPROFF, que integrava a rede particular de ensino de segmento comunitário, regida por um Projeto Político Pedagógico, com base na Resolução nº 17/99 CEE/SC e observando os aspectos abordados na Resolução nº 90/99 do CEE/SC.

O Centro de Educação Profissional de Fraiburgo-CEPROFF tinha por finalidade atender aos princípios da Lei nº 9.394 de 20/12/96, decreto 2.208 de 17/04/1997 em conformidade com a Resolução nº 04/99 CNB/CEB que instituía as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, ministrando os Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico nas Áreas: Agropecuária – Técnico em Fruticultura de Clima Temperado; Química – Técnico em Celulose e Papel; Informática – Técnico em Informática – Gestor de Redes Locais e Remotas; Turismo e Hospitalidade – Técnico em Guia de Turismo;

Plano de Desenvolvimento Institucional

também oferece a Educação de Jovens e Adultos em nível de Ensino Médio, visando atender as necessidades do mercado do trabalho e observando-se a legislação vigente para cada caso.

Tinha como objetivos promover:

- I – A formação integral de homem, respeitando valores reais;
- II – A compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- III – O respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- IV- O desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação do bem comum;
- V – O preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos, que lhe permitem usar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- VI – A preservação e expansão do patrimônio com a compreensão do ambiente natural e social do sistema político da tecnologia, das artes e dos valores em que fundamentará a sociedade;
- VII – A condenação de qualquer tratamento desigual por motivo de convicção religiosa, filosófica, política, bem como qualquer preconceito de cor ou raça;

O Centro de Educação Profissional de Fraiburgo – CEPROFF tinha como finalidade oferecer Educação nos moldes e níveis que convier, considerando o Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Profissional – níveis básico, técnico e tecnológico; assim como o Ensino Superior, estimulando ações que propicie ajuda no crescimento das pessoas para vivenciarem seu projeto de vida, considerando as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico com flexibilidade de atender as demandas do mercado de trabalho e da sociedade, proporcionando a inserção profissional do cidadão no mercado atual e futuro, tendo como perspectiva o exercício pleno da cidadania.

E tinha como Missão: “Qualificar profissionais para o mercado de trabalho, de forma a garantir seu acesso e permanência no mesmo, atendendo a atuação de seus egressos como elemento de participação social e de contribuição para o desenvolvimento sustentável”.

8.2.3 Luzerna

Fundada em 13 de abril de 1999, a Escola recebeu o financiamento do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP no valor total de R\$ 2.300.000,00, por meio de convênio entre o MEC e a Fundação CETEPI. A Escola Técnica Vale do Rio do Peixe é uma instituição de educação profissional do segmento comunitário, cuja mantenedora é a Fundação Centro Tecnológico de Produção Industrial – CETEPI. Tem como co-mantenedoras a UNOESC, o SENAI e a Prefeitura de Luzerna.

Inaugurada em 25/07/2002, a ETVARPE está localizada no Meio-Oeste do estado de Santa Catarina, no Município de Luzerna, Rua São Roque nº 41, Bairro Centro.

Tem como Missão ser um centro de capacitação no ensino profissional, difundindo novas tecnologias e buscando uma interação contínua com a sociedade e o setor produtivo.

A ETVARPE possui laboratórios com equipamentos de alta tecnologia, que contribuem no aprendizado dos alunos, possibilitando aulas práticas. Além disso, dispõe de equipamentos destinados à prestação de serviços, oferecendo suporte técnico especializado às empresas da região.

Oferece atualmente os seguintes cursos técnicos: Manutenção Industrial, Segurança no Trabalho e Automação Industrial.

A ETVARPE é uma escola feita para a comunidade e para os jovens que buscam uma oportunidade de aperfeiçoamento educacional e profissional.

8.2.4 Ampliação dos Atuais Campi

8.2.4.1 Campus Araquari

A antiga escola “Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira” em funcionamento desde 1959 tem ampliado a cada ano o seu complexo civil, mas mesmo assim a cada etapa concluída surgem novas demandas. Demandas estas originadas pelos arranjos produtivos locais muito diversificados em nossa região. Neste ano de 2009 estamos concluindo as obras de:

1. Refeitório, almoxarifado de alimentos, cozinha e padaria, com 896 m².
2. Laboratório de Fruticultura, com 390 m².
3. Laboratório de Anatomia Animal, com 198 m².
4. Prédio de Informática, com 900 m² que irá abrigar 4 laboratórios de informática, 1 laboratório de Geomática, 1 estúdio para produção de material didático e EAD e demais estruturas anexas como sala de professores, estagiários e manutenção de computadores.
5. Laboratório de Processamento de Pescados e Cozinha Experimental com 200 m².
6. Unidade de Processamento de Vegetais, com 80 m².
7. Unidade Didática de Vermicompostagem, com 110 m².
8. Salas de professores para Educação Física, com 45 m².
9. Galpão modelo de avicultura;
10. Almoxarifado e patrimônio.

E readequando as unidades e laboratórios já existentes, como a transformação do Laboratório de Basideomicetos em Laboratório de Propagação Vegetal e a antiga casa de servidor no Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura Familiar, que abriga as ações e os professores da área de aquicultura e pesca.

Com a transformação no *campus* de Araquari e o surgimento de novas fontes de investimentos para o ano de 2009 estão sendo reformulados os espaços físicos já existentes em:

1. Readequação do prédio central para abrigar o parte administrativa, construção de 2 conjuntos de banheiros e o ganho do espaço para mais 2 salas de aulas e 1 laboratório de química.
2. Construção de um novo prédio com 3 salas de aulas e sanitários, este projeto tem prevista sua ampliação para um total de 9 salas de aulas, 8 laboratórios, 1 biblioteca central, banheiros, salas de professores e área de convivência para os alunos.
3. Readequação do sistema de fornecimento de energia elétrica do *campus*.
4. Construção de passarela ligando o prédio da administração e salas de aulas com o novo refeitório.

No ano de 2009 o *campus* criou o curso de Técnico em Agropecuária Integrado modalidade PROEJA sediado em Jaraguá do Sul, e para o 2 semestre o Curso de Processamento de Pescados Integrado Modalidade PROEJA sediado em Balneário Barra do Sul. Com a oferta de novas vagas para o quadro de servidores técnico-administrativos e

Plano de Desenvolvimento Institucional

professores, estão sendo contratados nove servidores de nível médio, seis de nível superior e vinte professores. Este novo quadro funcional irá permitir ao *campus* oferecer no ano de 2010 os cursos de:

1. Licenciatura em Ciências Agrícolas;
2. Bacharel em Sistemas de Informação;
3. Bacharel em Medicina Veterinária;
4. Curso de especialização *latu sensu* em Produção de Peixes Ornamentais e de Sanidade em Aquicultura.

Para o curso de Medicina Veterinária está previsto para o ano de 2010 a construção do prédio de Hospital Veterinário e Centro Cirúrgico, com 370 m², que irá abrigar os laboratórios básicos da área de clínica médica.

No ano de 2010 iremos ofertar cursos para atender os arranjos produtivos do município de São Francisco do Sul nas áreas de logística, portuária e secretariado. E no município de Barra Velha cursos na área de processamento de alimentos e gastronomia.

E no ano de 2011 iremos ofertar o curso de Licenciatura em Química e cursos de Formação Inicial e Continuada na Área de Geomática.

8.2.4.2 *Campus Camboriú*

Apesar da escassez de investimentos nacionais, o Colégio Agrícola de Camboriú tem desenvolvido uma política de crescimento responsável, visando também facilitar uma maior articulação das áreas de ensino, pesquisa e extensão, e integração entre os cursos oferecidos e com a comunidade local e regional. Fornecer chances reais de inserção e sucesso no mercado de trabalho e melhorar a qualidade de vida de nossos jovens é a nossa maior preocupação.

O projeto do colégio contribui diretamente para o alcance da missão do CAC: "Promover a formação integral de cidadãos qualificados para o exercício profissional de forma solidária e ética, através do ensino, pesquisa e extensão, comprometendo-se com soluções democráticas frente aos desafios gerados pelas transformações do mundo do trabalho e pelos seus impactos técnicos e sociais". O projeto de ampliação vem facilitar a eficiência da implementação de estratégias e ações relacionadas no planejamento estratégico da escola, tais como:

- A construção de um prédio de salas de aula;
- Adequação e ampliação dos laboratórios;
- A urbanização do *Campus* criando espaços mais adequados para alunos;
- Construção do Hospital Veterinário;
- Construção de um Restaurante Universitário adequado a previsão de crescimento;
- Construção da Casa do Estudante;
- Implantação da Unidades Avançadas de Brusque e de Gaspar

8.2.4.3 *Campus Concórdia*

O *Campus* Concórdia encaminhou debates que culminaram com Audiências Públicas onde apontaram a criação, já para o ano de 2009, de dois cursos de nível superior que são: Licenciatura Plena em Matemática e Medicina Veterinária.

Sendo assim para a implementação destes cursos alguns itens serão efetivamente necessários, dos quais podemos citar:

Para o Curso Licenciatura em Matemática: Laboratório de Matemática, Acervo Bibliográfico e salas de Aula.

Para o curso de Medicina Veterinária: Laboratórios anatomia animal, fisiologia animal, histologia animal, microbiologia animal, parasitologia animal, bioquímica e biofísica Veterinária e patologia animal, bem como o hospital veterinário. Além disso será necessário espaço para novas salas de aula, salas para professores e salas para apoio administrativo.

O *Campus* pretende ainda realizar melhoria em toda a malha asfáltica interna, melhoria no tratamento de dejetos de animais e humanos, construção de auditório, ampliação da biblioteca, salas de aula para outros cursos acervo bibliográfico para atender todos os cursos da Instituição.

Considerando que o *Campus* tem uma estrutura muito antiga, e apesar da melhoria da mesma nos últimos anos, será de fundamental importância a contínua melhoria das edificações existentes.

É preocupação constante a aquisição de equipamentos para os diversos setores da escola, bem como a ampliação de espaços devido à possibilidade de criação de novos cursos tanto de nível superior como de nível médio para os próximos anos.

8.2.4.4 *Campus Rio do Sul*

Rio do Sul passou nos últimos 05 anos por uma verdadeira transformação em seu *Campus*, aumentando em cerca de 50% a área construída, podemos citar as principais obras: construção da Biblioteca Escolar, construção de laboratórios de informática, ampliação de salas de aula, conclusão do ginásio de esportes e centro esportivo e o calçamento de todas as ruas de acesso as Unidades Educativas de Produção (UEPs), bem como a reforma de vários prédios que estavam em adiantado estágio de deterioração de estrutura.

Outro fator extremamente positivo é a construção da Unidade Urbana em um terreno doado pelo Ministério da Agricultura, onde passaremos a atender a formação do setor secundário e terciário da economia.

Para os próximos anos, o *Campus* de Rio do Sul estará consolidando especialmente o projeto da unidade urbana, com a construção dos blocos seguintes ao que foi entregue, culminando com a entrega final de três blocos na unidade urbana.

Na Unidade Rural, estaremos concluindo o processo de ampliação de salas de aula, notadamente na estrutura inferior da biblioteca escolar, unidando com as salas de aula localizadas na estrutura inferior dos laboratórios de informática.

Plano de Desenvolvimento Institucional

Além das salas de aula, é necessário investir em novos laboratórios para podermos oferecer os cursos superiores na modalidade bacharelado. Para tanto, estaremos buscando recursos da expansão do ensino tecnológico.

Outro fator positivo foi o recebimento em doação da Prefeitura Municipal de Rio do Sul de um terreno agrícola de 25 hectares onde estaremos atendendo a demanda de produção de alimentos para animais, bem como a prática pedagógica dos cursos ligados ao setor primário da economia. Nos próximos anos estaremos investindo em galpões para o manejo agrícola, bem como pequenas reformas que se fazem necessárias nos prédios que encontram-se no local, possivelmente com uma construção de sala de aula.

Enfim, o desafio de Rio do Sul é consolidar a expansão do ensino tecnológico principalmente nos setores secundário e terciário da economia, sem jamais esquecer o setor primário, onde foi o nascedouro da antiga Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul.

8.3 Infra-estrutura Acadêmica

Apresentamos o atual acervo bibliográfico do Instituto Federal Catarinense e a previsão de expansão por área de conhecimento

Campus	Área de Conhecimento	2009		2010		2011		2012	
		Tít	Ex.	Tít	Ex.	Tít	Ex.	Tít	Ex.
Araquari	Ciências exatas e da terra	343	334	550	530	750	770	850	950
	Ciências Biológicas	338	530	530	700	730	800	950	950
	Engenharias	120	217	220	317	320	417	520	617
	Ciências da Saúde	71	100	171	200	271	300	350	400
	Ciências Agrárias	1120	2396	1320	2590	1500	2700	1800	299
	Ciências Sociais Aplicadas	468	652	578	770	678	970	870	107
	Ciências Humanas	683	1072	800	1200	950	1300	1200	150
	Linguística, Letras	244	400	344	600	444	800	644	110
Camboriu	Ciências exatas e da terra	700	1300	900	1560	1050	1700	1200	200
	Ciências Biológicas	710	1150	780	1300	850	1400	1000	150
	Engenharias	300	500	400	600	450	700	500	750
	Ciências da Saúde	150	190	250	350	300	380	350	400
	Ciências Agrárias	1500	3000	1650	3300	1800	3500	1900	380
	Ciências Sociais Aplicadas	850	1200	1000	1500	1200	1800	1500	220
	Ciências Humanas	1350	2100	1500	2300	1650	2500	1800	260
	Linguística, Letras	2800	3500	2900	3600	3100	3800	3200	400

Plano de Desenvolvimento Institucional

Concórdia	Ciências exatas e da terra	1000	2168	500	2668	500	3168	500	366
	Ciências Biológicas	200	628	200	828	200	1028	200	122
	Engenharias	100	117	100	217	100	317	200	517
	Ciências da Saúde	100	179	100	279	100	378	100	578
	Ciências Agrárias	1000	1779	500	2279	500	2779	500	327
	Ciências Sociais Aplicadas	100	258	100	358	100	458	100	558
	Ciências Humanas	50	110	50	160	100	260	100	360
	Linguística, Letras	200	628	200	828	200	1028	200	122
Rio do Sul	Ciências exatas e da terra	600	1400	700	1500	900	1700	1200	190
	Ciências Biológicas	300	500	500	700	700	900	800	100
	Engenharias	200	300	300	400	500	600	800	900
	Ciências da Saúde	100	150	150	180	200	220	250	300
	Ciências Agrárias	3000	4900	3200	5100	3500	5400	3700	560
	Ciências Sociais Aplicadas	500	700	550	750	600	800	700	900
	Ciências Humanas	2000	3100	2050	3150	2100	3200	2200	330
	Linguística, Letras	3600	4800	3800	5000	3900	5100	4000	520
Sombrio	Ciências exatas e da terra	1146	1261	1261	1387	1387	1525	1525	167
	Ciências Biológicas	317	349	349	384	384	422	422	464
	Engenharias	175	193	193	212	212	233	233	256
	Ciências da Saúde	95	105	105	115	115	126	126	139
	Ciências Agrárias	1025	1128	1128	1240	1240	1364	1364	150
	Ciências Sociais Aplicadas	936	1030	1030	1133	1133	1246	1246	137
	Ciências Humanas	628	691	691	760	760	836	836	919
	Linguística, Letras	1375	1513	1513	1664	1664	1830	1830	201
Videira	Ciências exatas e da terra	*	*	*	*	*	*	*	*
	Ciências Biológicas	*	*	*	*	*	*	*	*
	Engenharias	*	*	*	*	*	*	*	*
	Ciências da Saúde	*	*	*	*	*	*	*	*
	Ciências Agrárias	*	*	*	*	*	*	*	*
	Ciências Sociais Aplicadas	*	*	*	*	*	*	*	*

Plano de Desenvolvimento Institucional

	Ciências Humanas	*	*	*	*	*	*	*	*
	Linguística, Letras	*	*	*	*	*	*	*	*

* *Campus* em fase de estruturação e implantação Infra-estrutura Acadêmica e da biblioteca.

8.4 Recursos Tecnológicos

Apresentamos a seguir os recursos tecnológicos disponíveis e a expansão prevista para o Instituto Federal Catarinense.

<i>Campus</i>	Equipamentos	2009	2010	2011	2012
		Nº. Eq.	Nº. Eq.	Nº. Eq.	Nº. Eq.
Araquari	Microcomputadores	252	390	400	450
	Projeto Multimídia	09	14	20	25
	Impressoras	25	35	45	50
	Pontos de Acesso a Rede	252	300	350	400
Camboriú	Microcomputadores	283	323	373	423
	Projeto Multimídia	05	05	10	10
	Impressoras	50	60	70	80
	Pontos de Acesso a Rede	283	323	373	423
Concórdia	Microcomputadores	220	250	270	300
	Projeto Multimídia	10	10	15	15
	Impressoras	20	20	30	30
	Pontos de Acesso a Rede	250	260	280	300
Rio do Sul	Microcomputadores	203	303	350	400
	Projeto Multimídia	05	10	20	30
	Impressoras	20	25	25	30
	Pontos de Acesso a Rede	240	340	380	400
Sombrio	Microcomputadores	263	270	280	300
	Projeto Multimídia	08	10	12	14
	Impressoras	59	65	70	75
	Televisores	29	39	42	42
	Retroprojetores	19	19	19	19
	Aparelhos de DVD	07	10	10	10
	Pontos de Acesso a Rede com e sem fio	350	400	500	600
Videira	Microcomputadores	*	*	*	*
	Projeto Multimídia	*	*	*	*
	Impressoras	*	*	*	*
	Pontos de Acesso a Rede	*	*	*	*

* *Campus* em fase de estruturação e implantação Infra-estrutura Acadêmica e dos recursos tecnológicos.

9 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

9.1 Gestão Econômica Financeira

Como o Instituto Federal Catarinense foi criado somente no ano de 2008, os créditos orçamentários só estarão previstos no Orçamento Geral da União de 2009. Portanto, não como relatar uma série histórica dos créditos para o Instituto.

9.2 Previsão de Investimentos

A expansão do ensino tecnológico nos coloca frente a grandes desafios principalmente na expansão da estrutura física e de equipamentos para a Rede Federal Tecnológica. Nosso Instituto não poderia ser diferente, principalmente porque estaremos oferecendo formação em nível superior, o que é obvio demanda um numero maior de investimentos em construção civil e laboratórios.

No período em questão, pretendemos aplicar os recursos de investimento conforme segue:

Campus	Modalidade Investimento	2009	2010	2011	2012
Reitoria	Obras (R\$)	-	-	-	-
	Equipamentos (R\$)	600.000	600.000	800.000	800.000
	Total (R\$)	600.000	600.000	600.000	800.000
Araquari	Obras (R\$)	850.000	1.200.000	900.000	900.000
	Equipamentos (R\$)	400.000	400.000	400.000	400.000
	Total (R\$)	1.250.000	1.600.000	1.300.000	1.300.000
Camboriú	Obras (R\$)	1.000.000	500.000	2.800.000	4.500.000
	Equipamentos (R\$)	1.00.0000	200.000	1.150.000	1.800.000
	Total (R\$)	1.000.000	700.000	3.950.000	6.300.000
Concórdia	Obras	1.500.000	800.000	1.800.000	1.500.000
	Equipamentos (R\$)	450.000	350.000	1.450.000	1.500.000
	Total (R\$)	1.950.000	1.050.000	3.250.000	3.000.000
Rio do Sul	Obras (R\$)	1.000.000	2.000.000	2.000.000	2.500.000
	Equipamentos (R\$)	2.255.984	2.000.000	3.000.000	3.500.000
	Total	3.255.984	4.000.000	5.000.000	6.000.000
Sombrio	Obras (R\$)	2.000.000	3.000.000	1.000.000	1.000.000
	Equipamentos (R\$)	900.000	500.000	500.000	500.000
	Total (R\$)	3.900.000	3.500.000	1.250.000	1.250.000
Videira	Obras (R\$)	0	*	*	*
	Equipamentos (R\$)	0	*	*	*
	Total (R\$)	0	*	*	*

* Campus em fase de estruturação e definição da previsão de investimentos.

9.3 Origem, Planejamento e Aplicação de Recursos

9.3.1 Fontes de Recursos

O Instituto Federal Catarinense possui as principais fontes de recursos para financiamento de suas atividades:

Tesouro: Créditos orçamentários consignado no Orçamento Geral da União (OGU) para atender despesas de folha de pessoal, benefícios, investimentos e o custeio básico da Instituição.

Próprios: Recursos Diretamente arrecadados na Instituição provenientes de atividades exercidas ou produtos produzidos.

Convênios: Recursos descentralizados através de convenio com o Governo Federal, Estadual e Municipal.

9.3.2 Forma de Rateio dos Recursos

De acordo com a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, todos os *Campus* do Instituto possui o orçamento consignado por Unidade Gestora, de acordo com a matriz orçamentária adotada pelo MEC. Desta forma a distribuição orçamentária de alocados no Orçamento Geral da União, contempla todas as unidades sob critérios técnicos definidos na matriz.

O Instituto Federal Catarinense adotará a política da isonomia e equidade na divisão dos recursos extra-orçamentários descentralizados aos *Campi*. Os *Campi* possuirão autonomia para definir os projetos em que pretendem aplicar os recursos extra-orçamentários.

9.3.3 Controle Financeiro Para Utilização dos Recursos

O controle financeiro do Instituto Federal Catarinense se dá através do planejamento de aplicação de recursos, compatibilizados com a execução no sistema SIAFI.

10 INSTRUMENTOS DE CONTROLE E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

10.1 Instrumentos Avaliação e Controle Internos

10.1.1 Avaliação Institucional

Conforme Lei nº. 10.861/2004 a realização da Avaliação Institucional é da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A composição da CPA, os instrumentos avaliativos e sua metodologia deverão ser objeto de estudo junto aos *Campi*, com a participação da comunidade acadêmica, para a elaboração de sua sistemática de aplicação, obedecendo-se uma uniformidade que garanta a existência de parâmetros de comparação.

10.1.1.1 Objetivos da Avaliação

- Promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no Instituto.
- Manter um processo contínuo de avaliação institucional.
- Gerar informações para redirecionar as ações da Instituição, norteado pela gestão democrática e autônoma.
- Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.
- Consolidar o compromisso social da Instituição.
- Consolidar o compromisso científico-cultural no Instituto.

10.1.2 Ouvidoria

Será criada no Instituto Federal Catarinense, até 2012, sendo designado servidor para atender as demandas da sociedade.

Basicamente a ouvidoria será um dos elos entre a Instituição e o Cidadão, possibilitando o livre direito à opinião dos serviços prestados pela Instituição, resguardando a sua identidade com vistas a melhoria constante da qualidade e eficiência do Instituto.

Terá como atribuições:

- Receber as informações relativas a eventuais desvios na adequada prestação de serviços do Instituto Federal catarinense; apurar a sua fundamentação e buscar solução, caso necessário, garantindo o direito de resposta ao contribuinte.
- Coletar, analisar e interpretar dados necessários ao processamento das informações recebidas.
- Acompanhar – até a solução final – as informações (denúncias, reclamações, sugestões, opiniões, perguntas ou elogios) consideradas pertinentes.

- Manter-se informado sobre a atuação da Reitoria e dos *Campi*.
- Propor ao Reitor a adoção de providências, visando melhorar o desempenho da Instituição e de seus servidores.
- Registrar e repassar, a quem de direito, as informações recebidas dos clientes.

10.1.3 Auditoria Interna

A instalação da Auditoria Interna é uma determinação prevista no Decreto nº. 3.591/2000, conforme segue:

Art. 14. As entidades da Administração Pública Federal indireta deverão organizar a respectiva unidade de auditoria interna, com o suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle

Através da Instrução normativa nº 01/2001, o Secretário Federal de Controle Interno Disciplinou as atribuições da auditoria interna como segue:

As atividades específicas são as seguintes:

a) acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da entidade, visando

comprovar a conformidade de sua execução;

b) assessorar os gestores da entidade no acompanhamento da execução dos programas de governo,

visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do

gerenciamento;

c) verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução

com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

d) verificar o desempenho da gestão da entidade, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade

dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária,

financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;

e) orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle

interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;

f) examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas

especiais.

g) propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua entidade, quando

couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua

organização;

h) acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle

Interno do Poder Executivo Federal e do TCU;

i) comunicar, tempestivamente, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares, que

causaram prejuízo ao erário, à Secretaria Federal de Controle Interno, após dar ciência à direção da

entidade e esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, para ressarcir à

entidade;

j) elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAAAI do exercício seguinte, bem

como o Relatório Anual de Atividade da Auditoria Interna RAAAI, a serem encaminhados ao órgão ou à

unidade de controle interno a que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle,

nos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa de Controle, no capítulo V item 5 incisos I e II;

k) verificar a consistência e a fidedignidade dos dados e informações que comporão as contas do Presidente da República no Balanço Geral da União/BGU; e

l) testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão, admissão de pessoal.

10.2 Instrumentos de Controle Institucional Externos

10.2.1 Controladoria Geral da União (CGU)

A Controladoria Geral da União é o Órgão Interno de fiscalização do Governo Federal com propósito declarado o de combater a fraude e a corrupção e promover a defesa do patrimônio público.

Possui através da Lei nº. 10.683/2003 as seguinte competência:

Art. 17. À Controladoria-Geral da União compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública federal

Por sermos uma Autarquia Federal, a CGU avaliará o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, comprovando a legalidade, avaliando resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira.

10.2.2 Tribunal de Contas da União (TCU)

A Competência do Tribunal de Contas da União está prevista no art 71 da Carta Magna

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.